



EMANUELLE DOS SANTOS GONÇALVES

**ESTUDO SOBRE A LEI 10639/03 E SUA IMPLEMENTAÇÃO NO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI A PARTIR DA ANÁLISE DO
LIVRO DIDÁTICO: SOCIEDADE EM CONSTRUÇÃO / HISTÓRIA E
CULTURA AFRO BRASILEIRA – O NEGRO NA FORMAÇÃO DA
SOCIEDADE BRASILEIRA.**

Monografia apresentada ao curso de História
como requisito parcial para obtenção do
Título de Licenciado em História, do Instituto
Multidisciplinar da Universidade Federal
Rural Do Rio de Janeiro.

Orientadora: Patrícia Bastos de Azevedo

RIO DE JANEIRO

2015



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E ECONOMIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Emanuelle dos Santos Gonçalves

**ESTUDO SOBRE A LEI 10639/03 E SUA IMPLEMENTAÇÃO NO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI – A PARTIR DA ANÁLISE DO
LIVRO DIDÁTICO: SOCIEDADE EM CONSTRUÇÃO / HISTÓRIA E
CULTURA AFRO BRASILEIRA – O NEGRO NA FORMAÇÃO DA
SOCIEDADE BRASILEIRA.**

RIO DE JANEIRO

2015

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar as abordagens historiográficas, as lutas do Movimento Negro Unificado e os caminhos que levaram a conquista da lei federal 10.639/03 que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira em todos os estabelecimentos de ensino da educação básica do Brasil. Estudou-se os desafios e como tem ocorrido sua implementação, sobretudo, no município de São João de Meriti mostrando como a questão racial tem sido trabalhada no cotidiano escolar inclusive com a distribuição do livro didático Sociedade em Construção / História e Cultura Afro-brasileira – O negro na formação da sociedade brasileira. Esse material foi analisado percebendo-se uma linguagem densa, porém rica em seu conteúdo mostrando a agência do negro no processo histórico de nosso país. É possível concluir que mesmo com todas as medidas propostas pela Secretaria de Educação somente projetos irregulares e distribuição de material didático não é suficiente para uma efetiva implementação da lei. Faz-se necessário capacitação dos profissionais de educação com propostas onde todos os professores possam ter acesso a conhecimentos de como trabalhar a história e cultura Afro-brasileira em sala utilizando propostas significativas e também o material didático oferecido pela rede.

Palavras chaves: Constituição, legislação; historiografia, Movimento negro Unificado, relações raciais; educação.



LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

MNU- Movimento Negro Unificado

TEPIR - Territórios de Educação Para a Igualdade Racial

MEPIR - Meriti educando para a igualdade Racial

CECAN - Centro de Cultura e Arte Negra

IBEA - Instituto Brasileiro de Estudos de Africanistas

PDT-Partido Democrático Trabalhista

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação

FNDEP - Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para Infância

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

ONG – Organizações não governamentais

EJA- Educação de jovens e Adultos

USP - Universidade de São Paulo

SP- São Paulo



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E ECONOMIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Emanuelle dos Santos Gonçalves

**ESTUDO SOBRE A LEI 10639/03 E SUA IMPLEMENTAÇÃO NO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI – A PARTIR DA ANÁLISE DO
LIVRO DIDÁTICO: SOCIEDADE EM CONSTRUÇÃO / HISTÓRIA E
CULTURA AFRO BRASILEIRA – O NEGRO NA FORMAÇÃO DA
SOCIEDADE BRASILEIRA.**

Aprovado pela Banca Examinadora

Rio de Janeiro, 13/07/2015.

Professora Doutora Patrícia Bastos de Azevedo

Orientadora- UFRRJ

Professor Doutor Álvaro Pereira do Nascimento

(Membro interno)-UFRRJ

Professor Doutor Carlos Roberto Carvalho

(membro interno) – UFRRJ



AGRADECIMENTOS

A professora e orientadora Patrícia Bastos de Azevedo, pela dedicação e incentivo.

Ao professor Álvaro Pereira do Nascimento, por me atender quando lhe pedi ajuda durante a pesquisa e ter aceitado fazer parte da banca examinadora.

Ao professor Carlos Roberto Carvalho, por ter aceitado fazer parte da banca examinadora.

A minha família e amigos pelo apoio e paciência durante minha pesquisa.



DEDICATÓRIA

Primeiramente a Deus por me dar força e saúde para poder realizar minha pesquisa.

A minha querida e saudosa mãe, Elisabeth Luiza, que sempre me incentivou e acreditou no meu potencial.

Ao meu pai, Juarez Gonçalves, que me ajudou muito financiando minhas despesas durante o período de estudos.

Ao meu esposo, Lucas Soares, dedicado e paciente sempre me auxiliando quando precisava.

Ao meu querido irmão, Emmanuel Gonçalves, que muito me ajudou e incentivou durante a realização do trabalho.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I	
A LUTA DO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO PARA FORMAÇÃO DA LEI 10639/03	3
- AÇÕES AFIRMATIVAS.....	7
CAPÍTULO II-	
A IMPORTÂNCIA DE UMA NOVA ABORDAGEM HISTORIOGRÁFICA NO ENSINO DE HISTÓRIA DO NEGRO PARA IMPLEMENTAÇÃO EFETIVA DA LEI 10639/03.....	12
CAPÍTULO III-	
IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10639/03 E SEUS DESAFIOS.....	19
CAPÍTULO IV-	
IMPLEMENTAÇÃO DA 10639/03 NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI	24
CAPÍTULO V	
ANÁLISE DO LIVRO DE HISTÓRIA: SOCIEDADE EM CONSTRUÇÃO – HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA-O NEGRO NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA	29
- BIOGRAFIA DOS AUTORES.....	30
- CONTEÚDO DO LIVRO.....	31
- ANÁLISE DO CONTEÚDO.....	46
- ANÁLISE DAS ATIVIDADES E EXERCÍCIOS.....	47
- ANÁLISE DAS FIGURAS.....	48
CONCLUSÃO.....	52
BIBLIOGRAFIA.....	55

INTRODUÇÃO

A Lei 10.639 foi sancionada no dia 09 de janeiro de 2003 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tornado obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira nas instituições de Ensino Fundamental e Médio públicas e privadas de todo o país. A partir da promulgação da lei o estudo da História da África e dos Africanos deveria contemplar à luta dos negros no Brasil assim como suas importantes contribuições para nossa formação social.

No entanto a implementação da lei 10639/03 não tem acontecido de forma fácil, pois os municípios precisam dar mais prioridade à capacitação dos profissionais de educação sobre a lei e investirem no fornecimento de material didático adequado aonde os conteúdos venham apresentar a verdadeira atuação dos africanos no tráfico, o trabalho do negro na formação econômica brasileira, assim como suas contribuições artísticas e culturais.

A implementação da lei também está ligada ao educador que é um agente social formador de opinião e que muitas vezes comentem voluntaria ou involuntariamente ações preconceituosas que acabam refletindo em seu fazer pedagógico. Infelizmente grande parte dos profissionais de educação não possui contato com materiais que falem sobre questões raciais e como trabalhar esse tema em sala de aula.

O presente trabalho busca mostrar a trajetória e luta do Movimento Negro Unificado (MNU) para formação e promulgação da lei 10639/03, assim como os desafios para sua implementação nas instituições de ensino enfatizando a importância de uma nova abordagem historiográfica, sobretudo, nos livros didáticos que durante muito tempo enfatizaram apenas o sofrimento dos negros. Buscarei analisar alguns discursos que a historiografia usou para retratar o papel do negro na construção da história social do Brasil como os de Gilberto Freire e Florestan Fernandes.

O trabalho mostrará também como o Município de São João de Meriti tem trabalhado com as questões étnicas raciais destacando varias ações propostas pela Secretaria Municipal de Educação como a promulgação da lei municipal 936/97; o projeto Racismo e cor - Uma questão de consciência; O projeto TEPIR (Territórios de Educação Para a Igualdade Racial); a

criação do projeto Meriti educando para a igualdade Racial (MEPIR); a publicação da resolução nº4 que institui as diretrizes para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena nas unidades escolares do município; o curso de formação denominado Africanidades, além de encontros de formação, que buscaram resgatar a história e o legado cultural dos negros, além fortalecer o processo de formação da autoestima das crianças afrodescendentes que estudam no município.

Outro ponto de destaque é a distribuição nas escolas do município do livro Sociedade em Construção – História e Cultura Afro-Brasileira – O negro na formação da Sociedade Brasileira, material didático que retrata especificamente a história dos negros e cultura Afro-brasileira. Buscarei analisar esse documento de forma a identificar suas propostas e contribuições para uma efetiva implementação da 10639/03.

Um ensino de história e cultura afro-brasileira que favoreça o diálogo, a reflexão e questionamentos acerca de nossa realidade, pode possibilitar que crianças e jovens tenham a oportunidade de mudar sua história reconhecendo novas perspectivas de futuro, sobretudo, jovens negros que foram duramente atingidos durante anos por práticas discriminatórias. O momento atual é muito importante, pois é o momento de avaliação e aplicação da lei 10.639/03 e merece muita atenção por parte dos educadores e das instituições, além de políticas de capacitação desses profissionais.

Dentro da escola diferenças socioeconômicas e sócio históricas se encontram constantemente, sendo assim o uso de dinâmicas que configurem o diálogo e a troca de experiências se fazem necessário. A escola deve ser sempre contra as desigualdades e preconceitos, pois no processo educativo para existir igualdade é necessário o reconhecimento das diferenças.

A Lei 10639/03, não deve ser vista somente como ferramenta no combate a discriminação ou racismo, ela é uma lei afirmativa que enxerga a escola como local de formação social onde os indivíduos devem aprender a reconhecer e valorizar a matriz cultural que participou ativamente da formação social do Brasil. A escola deve garantir o direito de aprender e para isso devemos fazer dela um local onde todos os grupos ali representados se sintam reconhecidos como sujeitos no processo histórico.

CAPÍTULO I

Movimento negro e sua atuação na formação da lei 10639/03

A Concepção de democracia racial proposta por Gilberto Freyre na década de 1930 no início século XX teve grande influência na historiografia e no ensino de história de nosso país e defendia que no Brasil as relações raciais foram harmônicas, destacando o caráter paternalista dos senhores e o comportamento passivo dos escravos. O mito da democracia racial era embasado pelo conceito de dupla mestiçagem, defendendo a convivência pacífica entre os integrantes de todas as camadas sociais e grupos étnicos que aqui viviam, ou seja, negros, índios e europeus.¹ Isso proporcionou às elites dominantes disfarçarem as desigualdades existentes impossibilitando negros e mestiços de adquirirem educação, consciência política e cidadania.

Entretanto, o mito da democracia racial começa a ser questionado a partir da década de 50 e 60, sobretudo por intelectuais da Universidade de São Paulo a exemplo de Florestan Fernandes que utilizava o marxismo como instrumento metodológico de análise e defendia que os negros trouxeram uma herança deformadora, explicando que a desorganização social é uma herança da escravidão, atribuindo aos negros escravizados um comportamento patológico.² Trabalhos acadêmicos de autores como Fernando Henrique Cardoso, Octávio Lanni e Emília Viotti da Costa, influenciados por Fernandes defendiam que ordem racial herdada da escravidão permaneceu vigente mesmo no pós-abolição.

“A Escravidão marcou os destinos de nossa sociedade. Seus traços ficaram indelévels na herança que nos legaram a cultura negra e as condições sociais nascidas do regime da escravidão. (COSTA, 1989,p 13)

¹ FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala, 50ª edição. Global Editora. 2005

² FERNADES, Florestan. A integração do negro à sociedade de classes. São Paulo: Dominus, 1965,2v.

As duas abordagens interpretativas mencionadas acima a dos estudos de Gilberto Freyre e da Escola Sociológica de São Paulo composta por Florestan Fernandes e seus pesquisadores demonstram duas visões da escravidão, uma de caráter brando e passivo e outra de caráter cruel e patológico, elas exerceram grande influência na historiografia escolar até o final da década de 1970 e início da década de 1980.

A partir da década de 1970 começa a ocorrer o questionamento da visão que evidenciava apenas o sofrimento dos afrodescendentes. Pesquisadores como Reis (1986; 1991), Azevedo (1987), Lara (1988), Chalhoub (1990), Gomes (1995; 2005) Slenes (1999) entre outros, através de pesquisas baseadas por grande acervo documental como testamentos e processos criminais passam a questionar a passividade dos negros passando-se a enfatizar seu papel social, sendo esses reconhecidos como atores ativos na ação histórica de nosso país.

Em 1978 ocorre a formação do Movimento Negro Unificado (MNU) que surge a partir da junção de outros movimentos sociais negros como Centro de Cultura e Arte Negra-CECAN, Grupo Afro-Latino América, Associação Cultural Brasil Jovem, Instituto Brasileiro de Estudos de Africanistas – IBEA e Câmara de Comércio Afro-Brasileiro e acaba se estabelecendo como o mais importante movimento contra o racismo no país, sendo referência de luta contra a discriminação, caracterizando-se como popular e democrático.

A principal bandeira de luta do MNU era o combate à discriminação, ao racismo e o preconceito de cor, entretanto o processo de reconhecimento do racismo pelo governo e pela sociedade brasileira foi longo. Muitas foram às resistências, pois as causas defendidas colocavam em risco os dogmas da política nacionalista do país. A ideia de democracia racial era fortemente defendida pela classe dominante, o que restringia a atuação do MNU junto à elite.

Surgem novos líderes do MNU como Abdias do Nascimento (jornalista ativista) e Lélia González (professora e antropóloga) que eram militantes com consciência política, e defendiam a todo custo à existência de políticas raciais, divulgando a identidade do povo negro, e criticando abertamente a ideia de democracia racial.

A partir da década de 1980 a militância negra começou a prosperar, sobretudo, com o fim do regime militar iniciado em 1964. Nesse contexto alguns negros conseguem se eleger a postos importantes na política sendo eleitos deputados, esse fato merece destaque, pois, antes

dos anos de 1980, eram poucos os negros líderes em partidos nacionais ou conseguido se eleger para o congresso.

Abadias do Nascimento e Carlos Alberto Caó são nomes de destaque nesse período, sendo eleitos no Rio de Janeiro pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Suas atuações buscavam o reconhecimento do negro, fazendo dos assuntos sobre raça uma constante nos discursos políticos do país. Começam a desestruturar a ordem vigente que colocava o negro como subalterno, esses acontecimentos acabam por motivar a população negra a buscar melhorias na estrutura social do país.

O MNU ganhava cada dia mais força e em 1986 realizou a Conferência Nacional do Negro em Brasília – Distrito Federal de onde saiu à proposta de criminalização do racismo e a resolução 68 das disposições Transitórias Constitucionais, sobre a titulação das terras dos remanescentes de quilombos. Foram as ruas e mobilizaram muitos brasileiros na conscientização sobre a importância da busca por justiça racial. No mês de maio de 1988 foram realizadas importantes manifestações contra a Farsa da Abolição nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador. Ganhar a atenção do povo foi algo muito importante para o progresso das lutas, pois até então os assuntos de raça eram muito marginalizados pelo governo brasileiro.

Surgem então as frentes que buscavam defender os direitos dos negros assegurando reformas legislativas e constitucionais que tinham como objetivo aumentar os direitos democráticos do povo, sobretudo criando leis que favorecessem os grupos historicamente desprestigiados como o caso dos negros. Importantes leis antirracistas foram incluídas na constituição de 1988, como a que tornou a prática do racismo crime sujeito a pena de prisão, inafiançável e imprescritível, a lei Caó (Lei 7.716/89) do deputado Luiz Alberto Caó que também explicitava os crimes de racismo.

A nova constituição inovava com bases que defendiam os direitos humanos, o respeito e a tolerância, o que abriu caminho para o surgimento de leis, que consideravam crime inafiançável comportamentos racistas, expandindo também os direitos individuais e coletivos.

Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor.

Art.2º(VETADO).

Art. 3º Impedir ou obstar o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo da Administração Direta ou Indireta, bem como das concessionárias de serviços públicos.

Art. 4º Negar ou obstar emprego em empresa privada.

Art. 5º Recusar ou impedir acesso a estabelecimento comercial, negando-se a servir, atender ou receber cliente ou comprador.

Art. 6º Recusar, negar ou impedir a inscrição ou ingresso de aluno em estabelecimento de ensino público ou privado de qualquer grau.

Art. 7º Impedir o acesso ou recusar hospedagem em hotel, pensão, estalagem, ou qualquer estabelecimento similar.

Art. 8º Impedir o acesso ou recusar atendimento em restaurantes, bares, confeitarias, ou locais semelhantes abertos ao público.

Art. 9º Impedir o acesso ou recusar atendimento em estabelecimentos esportivos, casas de diversões, ou clubes sociais abertos ao público.

Art. 10. Impedir o acesso ou recusar atendimento em salões de cabeleireiros, barbearias, termas ou casas de massagem ou estabelecimento com as mesmas finalidades.

Art. 11. Impedir o acesso às entradas sociais em edifícios públicos ou residenciais e elevadores ou escada de acesso aos mesmos:

Art. 12. Impedir o acesso ou uso de transportes públicos, como aviões, navios, barcas, barcos, ônibus, trens, metrô ou qualquer outro meio de transporte concedido.

Art. 13. Impedir ou obstar o acesso de alguém ao serviço em qualquer ramo das Forças Armadas.

Art. 14. Impedir ou obstar, por qualquer meio ou forma, o casamento ou convivência familiar e social.

Art. 15. (VETADO).

Art. 16. Constitui efeito da condenação a perda do cargo ou função pública, para o servidor público, e a suspensão do funcionamento do estabelecimento particular por prazo não superior a três meses.

Art. 17. (VETADO).

Art. 18. Os efeitos de que tratam os arts. 16 e 17 desta Lei não são automáticos, devendo ser motivadamente declarados na sentença.
Art.19.(VETADO).

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Art. 21. Revogam-se as disposições em contrário.

A democratização inaugurou um novo tempo de esperança, onde a busca por inclusão dos grupos marginalizados historicamente passou a ser o principal foco a ser alcançado pelo MNU, esse fato contribuiu para a denúncia dos líderes negros contra o racismo e das desigualdades raciais existentes no país, eles começaram a chamar a atenção nacional e internacional mostrando os negros como principais vítimas da pobreza, da violência e de explorações no Brasil.

Outra forma de atuação foi à luta para levar os jovens negros a cursarem a universidade com a criação de cursos preparatórios, o surgimento dos pré-vestibulares comunitários étnicos está diretamente ligado com a atuação do MNU, que se estabeleceu como um dos principais agentes na criação e manutenção das cotas raciais nas universidades públicas brasileiras. Na maioria das vezes os cursos estavam ligados à igreja católica que atuava através da pastoral do negro, cedendo espaços para realização das aulas, entretanto o MNU também atuava em conjunto com o movimento estudantil sendo todo o trabalho realizado por voluntários que eram professores e coordenadores dos projetos.

A partir de 1990 finalmente surge uma nova mentalidade que reconhece o racismo no país e passa a exigir do Estado a ampliação dos direitos dos negros, ou seja, uma democracia real onde os negros tivessem oportunidades tendo seus direitos humanos respeitados. Surgem então as ações afirmativas que significou o reconhecimento mesmo que inicial do governo da existência do racismo e desigualdades.

Ações afirmativas

As ações afirmativas foram medidas especiais tomadas pelo Estado visando diminuir as desigualdades historicamente reproduzidas, buscando garantir a igualdade de oportunidades para pessoas discriminadas pela sociedade. Fizeram-se necessária porque o

processo de discriminação histórico sofrido pelos negros se materializava na desigualdade de oportunidades, no preconceito de raça e nas perseguições impetradas por diversos setores civis e militares. As medidas afirmativas são reflexos de muita luta, e deve ser enxergada como justiça social tendo em vista que o negro nunca foi tratado de forma igualitária.

A partir da promulgação da constituição de 1988 a postura do governo brasileiro frente à questão racial mudou significativamente, sobretudo porque passou a reconhecer o racismo como crime inafiançável, reconhecendo a legitimidade das reparações perante a escravidão, entendendo a importância de medidas que ajudassem aos negros a conquistarem seus direitos como cidadãos. Durante a fase de elaboração da constituição de 1988, as propostas sugeridas pelo MNU foram organizadas através da Convenção Nacional do Negro pela Constituinte para serem incluídas no novo texto constitucional.

Durante o período de assembleia constituinte foi formada a Subcomissão dos Negros, Populações indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, eles tiveram a oportunidade de encaminharem muitas propostas sobre educação. Ocorreram muitos debates e diversas modificações, mas por final foi aprovada o capítulo III; sendo este Da cultura e do Deporto constando 13 artigos. No Artigo 242, o parágrafo 1 estabelece que o ensino de história do Brasil terá que enfatizar as contribuições das variadas culturas e raças que ajudaram na formação de nossa nação.³

Art. 242. O princípio do art. 206, IV, não se aplica às instituições educacionais oficiais criadas por lei estadual ou municipal e existentes na data da promulgação desta Constituição, que não sejam total ou preponderantemente mantidas com recursos públicos.

§ 1º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro.

Depois que a Constituição de 1988 foi aprovada começou o processo de discussões e elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) sendo criado o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP), que trabalhou durante muitos anos até as orientações da educação nacional serem aprovadas.

³ Constituição Federal Brasileira, 1989, p. 103

A LDB foi sancionada com o número de lei 9.394, em 1996, nela a educação tem papel de destaque e no que diz respeito à questão racial estão presentes dois artigos: O Art. 26 que diz que os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, sendo complementada em cada sistema de ensino e instituição escolar, devendo também ter uma parte diversificada onde as características culturais, regionais sejam destacadas.

E também o Art. 4º que dizia que o ensino de história do Brasil a partir de então deveria levar em consideração as diferentes contribuições dos diferentes povos e raças que ajudaram na formação do povo brasileiro, sobretudo os de matrizes indígena, africana e europeia.

Art. 26 - Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia (LDB, 2010, p. 27).

Logo em seguida foram elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais PCNs, contendo as diretrizes da política educacional do país. A elaboração dos PCNs teve a participação de importantes especialistas da área da educação como professores universitários, representantes de secretarias estaduais e municipais de educação. Foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação em 1997, tendo uma grande e importante divulgação no cenário nacional, sendo publicado no primeiro mandato do então presidente Fernando Henrique Cardoso, cujo ministro da Educação era Paulo Renato de Souza. Nesse contexto os temas transversais são aprovados refletindo nas propostas de combate ao racismo na educação.

Os PCNs trazem uma nova abordagem onde a temática cultura, etnia e sociedade ganham importante destaque, passando a escola a ser vista como um importante espaço onde diferentes credos e culturas se cruzam, sendo também polo de discussões e trocas de ideias onde o indivíduo evolui e se constrói enquanto cidadão.

Em 09 de janeiro de 2003, no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva foi promulgada a Lei Federal 10.639/03 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- Lei 9.394/96, acrescentado os artigos 26-A e 79-B que tornou obrigatório o ensino da cultura africana e afro-brasileira no ensino da educação básica no país.

Art. 1o A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos: 26-A, e 79-B: Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3o (VETADO)" "Art. 79-A. (VETADO)" "Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'." Art. 2o Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182o da Independência e 115o da República. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Essa conquista foi fruto das reivindicações do MNU que há muitos anos lutavam pelo reconhecimento do valor da cultura negra e o fim da ideia utópica de democracia racial que infelizmente perdurou por muito tempo na mentalidade do povo brasileiro. A valorização da cultura negra foi um processo longo e trabalhoso, podemos entender a lei 10.639/03 como um passo importantíssimo no trabalho de valorização da cultura afro, assim como a busca pela ampliação dos direitos de um povo que sempre viveu a margem da sociedade tendo que enfrentar muitas lutas e preconceitos.

No ano seguinte a promulgação da lei 10.639/03, foi aprovada as Diretrizes Curriculares Nacionais pelo Conselho Nacional de Educação alterando também a LDB, que passou a ter mais artigos que viriam modificar amplamente o ensino de história no Brasil.⁴ Ocorreu a mudança na data de comemoração da Consciência Negra para o dia 20 de novembro data da morte de Zumbi dos Palmares considerado um importante líder negro. Essa mudança foi muito significativa para o entendimento de que a luta pela abolição foi conquistada através do empenho dos negros, deixando de lado outro marco histórico tido até então como o mais importante como a Lei Áurea assinada pela Princesa Isabel no dia 13 de maio 1888.

Valorizar a data 20 de novembro era enfatizar a luta dos negros contra a escravidão, no entanto, mostrar o negro como agente não significa esconder as crueldades sofridas, mas entender que eles também reagiam, negociavam e tinham suas formas de diversão, tinham cultura e religião, que nos influenciam até os dias de hoje. Até o surgimento da lei 10639/03 o negro só era visto como coitado, em uma visão negativa que só mostrava o sofrimento, não sendo possível uma abordagem abrangente sobre sua atuação no processo histórico.

Entretanto, mesmo com a promulgação da lei ainda nos deparamos com muitos conceitos ultrapassados no ensino de história. Devemos desenvolver um olhar atento às realidades que nos cercam e proporcionar uma abordagem multidisciplinar, onde além das contribuições da historiografia, possamos através de propostas dinâmicas e alternativas apresentar como se deu a trajetória histórica dos negros.

⁴ Para maior aprofundamento acessar: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

CAPÍTULO II

A importância de uma nova abordagem historiográfica no ensino de história do negro para implementação efetiva da lei 10639/03

A historiografia atual tem tido um importante papel no rompimento com a visão eurocêntrica da História e Cultura Afro-brasileiras, onde o negro era apenas vítima e visto como incapaz. Introduzir um novo discurso no ensino de história positivando o negro e evidenciando seu real posicionamento frente à escravidão, assim como sua luta por inserção na sociedade, proporciona o rompimento com os paradigmas vinculados durante anos nos livros didáticos onde só se enfatizava o sofrimento do negro.

O negro sempre lutou por respeito e igualdade, sendo assim para um real entendimento da lei 10639/03 é necessária uma nova abordagem historiográfica no ensino de história, onde possa ser explicado o conceito de escravidão, onde ela surgiu, e como ocorreu o tráfico negreiro, ou seja, como os escravos chegaram aqui e como reagem a sua realidade, sobretudo no pós-abolição onde os donos se tornaram seus patrões.

Os educadores devem buscar propostas pedagógicas voltadas para a positivação do negro e de sua identidade, dando oportunidades de crianças e jovens negros se afirmarem e se reconhecerem como importantes na história. A visão do negro como agente passivo da escravidão assim, como do tráfico negreiro nos impede de enxergar esse processo com clareza e dinamismo.

Os africanos participaram ativamente do tráfico e muitos ganharam riquezas e status com a venda de escravos. Assim como nos fala Patrick Manning, "*os registros das primeiras explorações portuguesas na África ao longo da costa africana confirmam que a escravidão já existia na antiga África _ como, de resto, em quase todos os cantos do mundo*" (MANNING 1988).

Antes da chegada dos portugueses a escravidão já era consolidada no continente africano possuindo uma estrutura ampla e complexa, e assim como nos afirma Paul E. Lovejoy: "*Apesar da ausência de uma classe de escravos claramente definida, a escravidão*

era o cimento da formação social”. A escravidão era o grande nivelador, mas revelava a desigualdade essencial da sociedade africana. (LOVEJOY, 2002)

Quando passamos analisar a questão como uma via de mão dupla entendemos os Africanos como agentes participantes e não apenas como vítimas, e é justamente essa visão que fortalece discursos racistas e preconceituosos. Apesar do impacto cultural e tecnológico ter sido grande as sociedades africanas não aceitaram passivamente a ocupação europeia, na maior parte dos casos negociavam e quando possível resistiam usando a violência, eles usavam variadas formas de negociações objetivando manter o poder local e também a sua independência.

É evidente que o tráfico de escravos paralisou o crescimento demográfico da África Ocidental prejudicando o crescimento econômico e tecnológico do continente que ficou restrito ao tráfico de escravos. Nesse contexto surgiram novas formas de organização política onde os portugueses passaram a atuar amplamente, entretanto é evidente que os africanos resistiram e negociaram sempre buscando manter legítimas sua independência política e instituições sociais.

O tráfico de escravos dependia da disponibilidade dos africanos, os portugueses buscavam estabelecer relações vantajosas com os líderes locais, afinal sem a ajuda deles tudo ficaria mais difícil, os portugueses se tornaram intermediários marítimo de uma lucrativa rede de trocas comerciais.⁵ Vários foram os líderes que se rederam as influências portuguesas buscando novos recursos e apoio externo como exemplo temos a conversão ao cristianismo e aos costumes lusitanos.

Essas eram estratégias, ou seja, negociações entre africanos e portugueses na busca por vantagens econômicas e sociais. Mesmo que em longo prazo essas negociações tenham sido mais vantajosas para os portugueses não podemos negar que eram sim formas de negociações políticas conscientes e com objetivos bem especificados. O tráfico de escravos foi muito complexo em suas consequências, a base do comércio era a venda de escravos, fomentando poucas mudanças.

⁵ ILIFFE, John. Os africanos história dum continente. Lisboa. Ferramar, 1999.

A África manteve relações comerciais no mundo atlântico por mais de 300 anos sem, no entanto, conhecer um desenvolvimento econômico significativo e abrangente, a exemplo das manufaturas que eram importadas em sua grande maioria, deixando de lado o incentivo e valorização das indústrias locais.

O continente africano foi devastado e sua população aniquilada pela dor e pelo sofrimento, o povo africano foi o que sofreu as consequências do tráfico de escravos, mas foi negociador, ativo e consciente, entretanto, não conseguiu libertar-se a tempo do declínio de sua economia e da devastação de seu povo.

A escravidão no Brasil foi uma experiência longa e significativa para sua cultura, durou mais de 300 anos e deixou marcas expressivas em sua formação social. A libertação dos escravos no Brasil foi um processo gradual, uma série de leis abolicionistas foram promulgadas antes do 13 de maio de 1888, medidas levaram a uma espécie de preparação para a libertação em massa.

Como exemplo, temos a lei Eusébio de Queirós que proibia o tráfico negreiro, a lei do ventre livre que libertava todos os filhos de mulheres escravas nascidos a partir 1871 e a lei dos sexagenários, promulgada em 1885 que concedia liberdade aos escravos com mais de 60 anos de idade.

Fica evidente que a escravidão no país já se encontrava em estado de decadência, muitos negros já estavam livres. Mas aprovada a lei o medo de que o caos se instalasse cresceu, a população branca tinha grande receio sobre o que o liberto poderia fazer. O temor pela desordem atormentou muitos senhores, assim como a forma que se constituiriam as relações de subordinação a partir de então. A abolição trouxe uma atmosfera tensa para a sociedade da época, afinal a frágil ordem social seria fortemente abalada.

Com a abolição o negro conseguiu sua liberdade, mas sua inclusão efetiva em um contexto político igualitário seria muito posterior, não existia no Brasil uma legislação que contemplasse os direitos dos agora ex-escravos. Mas, são justamente as incertezas do período que dão margem para passarem a lutar, e negociar sua inserção social, esses homens e mulheres foram agentes, e não apenas vítimas.

Certamente ocorreram muitos problemas de intolerância, sobretudo de pessoas que se viram desmoralizadas com o fim da escravidão. Mas o liberto lutou, trabalhou, em fim foi

agente de sua nova história de vida, agiram inclusive como classe trabalhadora. Muitos sofreram é verdade, mas, procuraram resistir a qualquer caracterização que remetesse a antiga realidade escrava. Agora eram livres e lutariam para serem respeitados como cidadãos.

A vida na cidade assim como a do campo foi sim muito difícil, nem todos tiveram oportunidades de se firmarem no mercado de trabalho, muitos não tinham famílias e acabaram se sucumbindo a indigência ou a condições de vida precárias. Mas mesmo assim a conquista da liberdade à possibilidade de ter escolha e autonomia valia mais que qualquer sacrifício. O negro sempre teve que conviver com dificuldades, mas sempre lutou por sua inserção social, seja no campo ou nas cidades ou até mesmo em uma instituição militar como na Marinha, ele buscou ser agente não tolerando ser tratado como escravo com castigos físicos, dando início a movimentos como a revolta da chibata.

Dentro das forças armadas a luta por legitimação social, assim como a busca por respeito, dignidade e melhores condições de vida também foi grande. A Marinha brasileira era prejudicada pela política exercida dentro da própria instituição e os negros sofreram muito, sobretudo por serem vistos como intelectualmente incapazes.

Eles ocupavam cargos subalternos, e eram vítimas de preconceito, abusos e intensos castigos físicos. A hierarquia militar estava ligada à cor, sendo assim os cargos de maior escalação como os de oficial eram reservados aos indivíduos de cor branca. Os comandantes não suportavam a ideia de ter alguém de cor em cargos superiores, o racismo era nítido e desmedido. A Revolta Armada, não foi simplesmente um levante de marinheiros, mas sim uma reação às injustiças cometidas dentro das corporações. (NASCIMENTO, 2007)

“Centenas de marinheiros faziam uma série de reivindicações visando transformar as relações de trabalho a bordo e melhorar suas condições materiais de vida. Composta, sobretudo por indivíduos negros, as guarnições amotinadas da Armada exigiam a mudança do Código Penal Militar - que garantia a punição com castigos corporais, entre eles o da chibata-, uma nova divisão dos serviços nas fainas diárias, à substituição dos oficiais comandantes que castigavam excessivamente, a iniciativa de prover de mais educação os marinheiros mais rudes e violentos, além do aumento dos vencimentos”. (NASCIMENTO, 2007)

Não havia o desejo de se sair da Marinha muito pelo contrário, era latente o desejo de transformá-la. O fim dos castigos físicos era uma das principais reivindicações, pois representava “o símbolo marcante da escravidão e dos signos que ela carregava”, mas, o negro queria também educação, pois sabia que só através dela conseguiria melhores postos. (NASCIMENTO, 2007)

Mesmo que o movimento encabeçado por João Candido tenha sido reprimido, e seus componentes castigados, podemos analisar a luta por direitos básicos, não houve passividade, houve reivindicação, pois via-se no militarismo a possibilidade de ascensão social, é necessário analisar esse levante como uma negociação por melhores condições, ou seja, a busca por dignidade dentro e fora da corporação.

Durante muito tempo à própria historiografia concordou e afirmou que o negro era incapaz, ingênuo enquadrando a população rural como desvalida de educação e de proteção, e até mesmo de repressão, onde cumpriam com passividade os objetivos políticos específicos.

Trabalhos como o de Vitor Leal Nunes evidencia essa corrente, entretanto, Ana Lugão Rios e vários outros autores nos mostram que o liberto buscou sua colocação através da negociação de seu trabalho, da divulgação de sua cultura e religiosidade e de negociações políticas locais. (RIOS, 2007)

“Ao que parece, uma camada da população liberta possuía atributos de extrema estabilidade e certa independência e influência no meio rural na Primeira República”. Capazes, portanto, de certa influência entre seus pares, e porque não, no jogo político local”. (RIOS, 2007)

O racismo não foi uma característica imediata do pós-abolição, ele passa a ser visível na virada do século XIX, embasado pela teoria darwinista que desqualificava o negro colocando-o como inferior ao branco. Nesse contexto os trabalhadores de cor passaram a enfrentar uma série de problemas, devido sua classificação racial, com a imigração europeia para o Brasil essa questão ficou ainda mais visível. A ideia de que o imigrante era superior foi muito difundida, entretanto, isso não significa que o negro não tenha se inserido no mercado de trabalho e conquistado a posse de terra.

A preferência pelo imigrante muitas vezes não estava ligada à questão racial, mas a vontade de trabalhar grupalmente. O negro não queria botar sua família na lavoura, diferente dos estrangeiros que tinha no trabalho familiar a base de seu sustento. Os egressos da escravidão não foram excluídos do trabalho, nem tão pouco do sistema de colonato que prevalecia em várias regiões.

O direito à saúde também foi um dos grandes problemas enfrentados pelos negros, o que refletia diretamente na expectativa de vida desses indivíduos. Muitas mulheres faleciam nos partos e a falta de saneamento aumentava e muito a mortalidade infantil. Essas questões interferiam no tamanho de suas famílias que geralmente eram menores que a dos imigrantes. A população de cor foi inflexível na busca por legitimação social, cada vez mais registravam seus filhos, regulamentavam sua condição civil através de casamentos e buscavam educação.

O ingresso de pretos e pardos era limitado nas escolas, sobretudo em virtude do preconceito, instituições particulares não aceitavam crianças negras e as públicas não atendiam a demanda. A discriminação no cenário educacional certamente desestimulava muitos a continuarem estudando, mas isso não significa que não tenham tido acesso a escola. Muito pelo contrário, antes de ser um problema de cor a falta de acesso à educação era um problema de quem era pobre. (MOSNMA, 2010).

A Inserção do negro deu-se também a partir de suas manifestações culturais. Muitos egressos da escravidão e seus descendentes foram bastante ativos, na organização de festas populares assim como na propagação da religiosidade africana que mesmo sob repressão foram grandes polos de resistência. (RIOS, 2007)

A formação cultural do Brasil teve grande influência dos negros, e na cidade do Rio de Janeiro não foi diferente, a casa de tia Ciata foi um grande exemplo de como a comunidade negra se estabeleceu na cidade sendo polo de resistência cultural e porque não dizer política. (GOMES, 2003)

A comunidade negra buscou legitimidade através da divulgação de sua cultura na cidade criou e propagou o samba, criou blocos carnavalescos que derem origem a escolas, manifestaram-se através de folias de reis, Jango entre outras formas de atuação que demonstram que em nada foram passivos ou submissos. Sua cultura e religiosidade

mostram como se estabeleceram enquanto líderes influentes que negociavam sim os aspectos de sua vida cotidiana.

As desigualdades historicamente reproduzidas não podem mais fazer parte da realidade de nossa educação, é necessário buscar caminhos que proporcionem a visibilidade e reconhecimento da história e cultura de grupos socialmente marginalizados. A valorização das diferenças, e, sobretudo o combate às desigualdades são elementos de muita importância no processo de formação de uma nova sociedade mais justa e igualitária.

CAPÍTULO III

Implementação da lei 10639/03 e seus desafios

O surgimento da lei 10639/03⁶ traz a tona uma série de questões, fazendo com que sejam revistas posturas socialmente aceitáveis até então na sociedade, inclusive nas escolas como a falta de atitudes frente a posturas racistas e discriminatórias. A educação precisa conscientizar sobre a importância do negro, suas lutas e posturas desde a escravidão assim como suas contribuições para nossa formação econômica, cultural e social.

No cenário constitucional brasileiro se tem percebido um reconhecimento gradual de questões formais que tem por principal objetivo promover mais justiça social através do reconhecimento de identidades e culturas historicamente renegadas e caladas pela elite dominante. Devemos o surgimento dessa nova legislação as constantes lutas do MNU que sempre reivindicaram mudanças tanto nos planos legislativos como nos campos sociais e educacionais.⁷

Entretanto é necessário entender que o processo de introdução desse novo componente curricular não é tarefa fácil, pois temos uma estrutura social onde o preconceito é mascarado e muitas vezes não se é percebido por quem o pratica, e por quem o recebe. A questão racial brasileira é muito complexa, pois somos um país que conviveu com a escravidão por mais de 300 anos, e mesmo depois de livre o negro continuou preso às amarras do preconceito sendo marginalizados socialmente e tendo que lutar para conquistar sua cidadania condição que se estendeu durante todo o século XX.

As experiências políticas vivenciadas pelo MNU contribuíram para a formação ideológica que entendia que a educação era a principal arma na luta contra o racismo. O padrão hegemônico europeu que perdurou por anos nos contextos escolares brasileiros foi amplamente criticado pelo MNU, onde defendiam abertamente medidas que viessem

⁶ Para maior aprofundamento acessar: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

⁷ SANTOS, Lorene dos. "Ensino de história e cultura africana e afro-brasileira. Dilemas e desafios da recepção à lei 10.639". in Amílcar Pereira e Ana Maria Monteiro. Ensino de história e cultura afro-brasileiras e indígenas.

reconhecer a importância dos negros na formação política e social do país, assim como propondo mudanças nos currículos escolares nacionais que contemplassem questões raciais.

A introdução do ensino de cultura africana e afro-brasileira como componente obrigatório na educação básica nacional promove um novo cenário educacional, afinal os conteúdos propostos são embasados por questões políticas e sociais. A lei 10.639/03 não sugere apenas a introdução de um componente curricular, mas promove na escola uma série de questionamentos onde debates surgem carregados de polêmicas e diferentes pontos de vista.

Infelizmente muitos professores encontram-se despreparados para a introdução dessas abordagens dentro do contexto escolar, a Lei 10.639/03 que obriga o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira em todas as escolas de educação básica é um passo importantíssimo no trabalho de valorização da cultura afro e suas contribuições, mas ainda geram dúvidas e inseguranças, sobretudo, por ainda existirem posturas preconceituosas disfarçadas de brincadeiras por parte de muitos educadores.

Com a lei surge várias discussões acerca de como implementar o processo de ensino, divulgação, e conscientização das relações ético-raciais e socioculturais, sendo muito importante a preparação pedagógica para que os professores consigam trabalhar de forma significativa com esses temas na educação básica. Entretanto toda a comunidade escolar deve ser conscientizada afim de que essas propostas venham se tornar constantes dentro da estrutura curricular das instituições. Uma educação onde todos os níveis de ensino possam contemplar um currículo elaborado com ideias antirracista de justiça social e igualdade em uma abordagem transversal e interdisciplinar.

As relações dentro das instituições infelizmente ainda são permeadas de práticas e pensamentos racistas, sejam elas explícitas ou veladas, os envolvidos nos fatos não são apenas estudantes, mas, o preconceito ocorre também de professores e com professores. As manifestações se dão em formas variadas, sejam nas chamadas brincadeiras de mau gosto, e até mesmo em tratamentos diferenciados.

As crianças negras costumam ter que encarar muitos desafios desde pequenas, elas são excluídas das brincadeiras, não são escolhidas em grupos de atividades escolares, são vítimas de apelidos pejorativos entre outras formas de exclusão. Esse tipo de situação é muito

complicado, pois essas crianças acabam ficando com a autoestima muito baixa, e se envergonhando de si mesmo.

Esses tipos de ações preconceituosas acontecem com constância porque desde cedo comportamentos racistas são banalizados e entram no senso comum como aceitável seja pela mídia ou até mesmo no meio familiar. Aprendem cedo e não são informados de forma constante, o comportamento e as brincadeiras racistas viram hábitos e acabam se evidenciando nas relações sociais.

Os desafios surgem porque a tradição escolar é preconceituosa, sendo assim utilizar novas abordagens educacionais causa insegurança. Os gestores públicos e educadores devem estar atentos para que ocorra uma revisão do currículo escolar e para este atenda as perspectivas da lei. Infelizmente durante muito tempo no currículo formal era brancocentrico, e excluía diferentes formas de expressão cultural, a escola durante muito tempo permitia a linguagem não verbal ofensiva, e era omissa frente a práticas racistas. As aceitações dessas práticas pelos adultos contribuíram para a naturalização desses comportamentos.

O fracasso escolar é uma questão muito preocupante dentro das escolas e o caráter monocultural das práticas pedagógicas, é o maior responsável por isso. Esse problema não pode ser resumido a questões psicológicas ou como um problema individual, na verdade ele representa a invisibilidade cultural de grupos socialmente marginalizados e excluídos dos aspectos culturais impostos por nossa sociedade elitista.

Trabalhar o ensino de história e cultura afro pode possibilitar a elevação da autoestima dos jovens negros e contribuir para seu sucesso escolar. Mesmo existindo um grande número de negros nas escolas atualmente e sendo maioria em muitos lugares, grande parte desses indivíduos não se reconhecem como negros, e mesmo quando se reconhecem eles têm uma visão negativa de seu povo, não aceitando sua cor. O trabalho em cima de questões étnico-raciais permite uma nova visão de si mesmo, uma autoafirmação, sendo uma boa oportunidade de valorizar suas características, suas diferenças, ou seja, uma ressignificação da história de seu povo no Brasil.

O fato de a escola acolher pessoas diferentes com inúmeras características culturais, não significa a superação da pedagogia monocultural isso só vai ser possível quando os conteúdos que tratam da história e cultura de grupos marginalizados forem ministrados de

forma efetiva. Deve-se realizar um trabalho embasado em uma pedagogia libertadora que busque valorizar as diferenças culturais e a diversidade do povo brasileiro, procurando estratégias que enfrentem as desigualdades disseminadas por tanto tempo.

É importante a revisão e construção de memórias onde possa se formar uma postura crítica e reflexiva sobre as questões étnico-raciais sem favorecer a criação de novos estereótipos que não contribuem em nada com uma formação significativa. O processo de ensino/aprendizagem é uma relação entre professor e aluno, sendo assim os educadores devem sempre estar atentos aos comportamentos demonstrados em sala de aula, sobretudo pelos que apresentem dificuldade de aprendizagem. Deve-se observar suas preferências, ou seja, as áreas de interesses desses alunos, e a partir daí buscar alternativas para incentivar, e estimular a aprendizagem deles, evidenciando sua importância enquanto cidadão.

É necessária a busca por dinâmicas, brincadeiras, imagens interessantes, sempre valorizando o lúdico e observando a percepção do aluno, como ele está se apropriando do conhecimento ministrado, sempre levando em consideração a bagagem que ele traz consigo, assim como sua visão de mundo.

O Ensino de história de cultura afro, não é algo simples, não requer somente colocar o negro de forma positiva, ela requer preparo, capacitação, pesquisa, boa vontade para atender as demandas que chegam, cada criança requer um atendimento especial, afinal são pessoas diferentes com gostos, e personalidades distintas. A história do negro não deve ser mostrada só em contextos culturais, mas, sobretudo, em suas atuações sociais, políticas e econômicas.

É necessário também redimensionar o conteúdo e as práticas pedagógicas antirracistas em relação à forma com que é exposto, flexibilizar o tempo para a realização das atividades é muito importante, assim como o uso de estratégias diversificadas, a ajuda dos colegas em sala também é muito importante e contribui para a inclusão e socialização do aluno.

Os currículos escolares são armas importantes, pois, tem grande força no processo de aplicação de medidas e combate às desigualdades raciais e sociais, que ainda se fazem presentes e causam muitos prejuízos, os currículos certamente podem modificar relações de poder ajudando no processo de reorganização de forças contribuindo para uma educação mais crítica e reflexiva.

A cultura afro-brasileira é muito rica, a questão principal de sua inserção no ensino básico, não é evidenciar um cenário perfeito, mas sim mostrar à cultura, a ação, e a alegria de um povo que é o nosso povo. Existem muitas formas de combater a intolerância a violência e o racismo, entretanto, a principal forma se dá através da educação. Devemos mostrar a história Afro-Brasileira de forma efetiva e vivenciá-la dentro e fora do contexto escolar.

A lei 10639/03, não está focada apenas na divulgação de estudos acadêmicos sobre a história da África e contribuições para nossa formação social, muito mais que isso a lei propõe uma abordagem formadora onde as relações raciais e culturais são fundamentais no processo educacional, assim como a reconstrução de valores historicamente perdidos.

Entretanto, apesar de representar um importante avanço no cenário educacional brasileiro para a democratização do ensino, assim como na luta contra o racismo a lei 10639/03 foi promulgada com alguns itens pendentes. De acordo com Santos (2005) a legislação federal não se preocupa com a implementação correta do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, pois não impõe metas para a implementação da lei, não se referindo à necessidade de qualificar os professores de nível fundamental e médio para lecionarem as disciplinas ligadas à lei 10639/03.

A implementação efetiva ainda esbarra na falta de reformulação dos programas de ensino das universidades, sobretudo as licenciaturas para a formação de professores capacitados para ensinar a História e a Cultura Afro-brasileira.

"Ao que parece, a lei federal, indiretamente, joga a responsabilidade do ensino supracitado para os professores. Ou seja, vai depender da vontade e dos esforços destes para que o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira seja ministrado em sala de aula. Essa lei também não indica qual é o órgão responsável pela implementação adequada da mesma, bem como, em certo sentido, limita o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira às áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras." (SANTOS, 2005)

CAPÍTULO IV

Implementação 10639/03 no Município de São João de Meriti

O município de São João de Meriti está localizado na Baixada Fluminense região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, fazendo limite com os municípios de Nova Iguaçu, Belford Roxo, Rio de Janeiro (Pavuna), Caxias e Nilópolis. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município em 2014 estava com uma população estimada de 460.711 habitantes e é conhecido como "Formigueiro das Américas", por sua densidade demográfica ser uma das maiores do continente.

De acordo com o Censo escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais INEP 2013 o município de São João de Meriti está atendendo a 19.125 alunos no Ensino Regular e 597 alunos na Educação Especial. O corpo docente municipal é composto por 844 professores distribuídos em 62 escolas de Ensino Fundamental.

O Município de São João de Meriti tem desenvolvido propostas referentes à valorização da cultura Afro-brasileira há um certo tempo. No ano de 1997 o município sancionou a lei 936/97 que instaurou a Semana de Conscientização sobre negro, relembrando a morte de Zumbi dos Palmares, homenageando-o como herói da resistência negra. A principal proposta dessa lei municipal era promover uma abordagem reflexiva sobre a situação dos negros na sociedade brasileira e conseqüentemente favorecer um maior interesse por parte dos profissionais da educação na recuperação da história do povo negro.

Buscou-se promover a valorização da cultura Afro reconhecendo suas contribuições para formação da nossa história, identificando seu legado cultural e social favorecendo o resgate e a autoestima dos alunos negros das escolas do município. A Secretaria Municipal de Educação a partir da Divisão de Programas Especiais enviou para as escolas o projeto Racismo e cor - Uma questão de consciência, buscando auxiliar os profissionais de educação na confecção dos trabalhos para a Semana de Conscientização sobre o negro.

O projeto Racismo e cor – Uma questão de consciência visava o aumento dos debates no tocante as relações raciais dentro do cenário educacional, além do incentivo a estudos coletivos, buscando estratégias para atender as pessoas negras que durante, séculos foram

marginalizadas pela sociedade, vítimas do racismo e do preconceito. O projeto trouxe muitas sugestões de atividades, de literatura, com destaque para os artistas negros, assim como representantes no cenário econômico, na política, nos esportes, etc. Entretanto, limitou-se a encontros pontuais e não propôs uma abordagem efetiva dentro das unidades escolares, além de ter focado somente na semana da conscientização sobre o negro.

No ano de 2006 começaram as atividades relacionadas à efetivação da lei 10639/03, em São João de Meriti, ou seja, surgiram trabalhos ligados ao setor de implementação de Sociedade e Cultura, junto à Coordenadoria de Ensino, ocorrendo encontros com profissionais dos 6º ao 9º ano, sobretudo, professores de história e geografia e também alguns do Ensino Fundamental.

O principal objetivo dessas reuniões era projetar eixos para implementação da lei 10639/03 ocorrendo então à elaboração de um documento cujo título era História e Cultura Afro-Brasileira - Lei-Currículo. O documento relata a elaboração de projetos e trocas de experiências, relacionadas ao tema principal que era a cultura afrodescendente.

De acordo com o texto elaborado pelos profissionais de educação a implementação da lei 10.639/03 deveria se basear nos estudos sobre o povo africano definindo os eixos históricos e culturais como o foco a ser abordado nas escolas, além de propostas de atividades e materiais que auxiliassem os professores no trabalho de implementação da lei. Entretanto não foi feita nenhuma análise sobre o currículo assim como a necessidade de revisão do mesmo para que pudesse atender às novas questões relacionadas à diversidade.

Em 2008 a Secretaria Municipal de educação, estabeleceu convênio com o projeto Territórios de Educação Para a Igualdade Racial (TEPIR) em parceria com o Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF) e a ONG (Se essa rua fosse minha). O objetivo dessa união era proporcionar debates para análise dos sistemas de educação buscando uma abordagem inclusiva e contra a discriminação, proporcionando um trabalho efetivo contra a evasão de crianças e jovens de classes populares das escolas. A questão racial teve papel de destaque nesses debates, sobretudo, pela existência de pesquisas que abordavam a existência do racismo e o enorme índice de crianças e adolescentes negros fora escola.

A culminância do projeto TEPIR ocorreu em março de 2009, sendo realizada a I Jornada de Educação para a Igualdade Racial: Conhecer, Reconhecer e se Reconhecer. Esteve

no evento o então ministro de promoção da Igualdade Racial Edson Santos, além de secretários e coordenadores de educação do município, representantes do (UNICEF) e da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), além de professores e alunos de todos os municípios da Baixada Fluminense.

A jornada de Educação para a Igualdade Racial: Conhecer, Reconhecer e se Reconhecer teve muitas palestras para os professores, além de amostras de arte, dança e teatro infantil. Foi possível a troca de experiências entre os profissionais de educação onde puderam discutir sobre a questão racial dentro e fora do contexto escolar, além de buscar estratégias para a implementação da lei 10639/03.

Até o ano de 2008 a implementação da lei 10639/03 em São João de Meriti estava sob a responsabilidade do setor de Sociedade e Cultura, a partir de 2009, passou para a coordenação do projeto Meriti educando para a igualdade Racial (MEPIR). Em 2009 ocorreu também a aprovação da resolução nº 04/09 que instaurou as diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais para o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na rede municipal de educação de São João de Meriti.

Art.1º - Fica instituída as diretrizes curriculares para a Educação das Relações Étnicos Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nas Unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de São João de Meriti.

§ 1º A Educação das Relações Étnicos Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade Étnico Racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca de consolidação da democracia brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas.

§ 2º - A Educação das Relações Étnicos Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira, Cultura Africana e dos povos indígenas será desenvolvido por meio de conteúdos, pelos professores das Unidades Escolares da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com o apoio e a supervisão da Secretaria Municipal de Educação.

§ 3º - A Secretaria Municipal de Educação, através da Coordenadoria de Ensino, incentivará e promoverá o aprofundamento de estudos, para que os professores concebam e desenvolvam, projetos e programas, bem como a criação de materiais didáticos necessários para a Educação tratada no “caput” deste artigo.

Art. 2º Os conteúdos referentes à história e cultura Afro-brasileiras e dos povos Indígenas referentes à História Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística, Língua Portuguesa, Literatura e História Brasileira, sendo estes tratados de forma interdisciplinar.

Art. 3º As escolas farão planejamento da semana instituída no calendário, do Afro descendência, culminando de 16 a 19 de novembro, sendo 20/11 (feriado nacional), Dia Nacional da Consciência Negra. (...)

Em junho de 2009, após a aprovação da resolução nº 04/09 a Secretaria Municipal de Educação através do projeto MEPIR promoveu o primeiro encontro do curso de formação denominado *Africanidades* direcionado aos professores de Educação Infantil e do primeiro segmento do Ensino Fundamental. Todas as escolas da rede foram convocadas a enviar um professor de cada turno para participarem da formação representando a escola. O processo de formação teve seis encontros mensais de quatro horas de duração, em um total de vinte e quatro horas.

Mesmo sendo um curso pequeno, foi organizado através de aulas expositivas com diálogo e discussões, além de amostras de vídeos, debates e leituras sobre o tema. A ementa do curso analisava a questão racial de forma ampla buscando trabalhar o conceito e significado de raça, discriminação e racismo, além de questionar como as escolas e a sociedade convivem com essas questões.

No ano de 2013 foi distribuído nas escolas do Município de São João de Meriti o primeiro livro que trabalha integralmente a História da Cultura Afro-brasileira, esse material foi distribuído em toda a rede para os alunos de 4º e 5º ano do Ensino Fundamental que corresponde a alunos de faixa etária de 9 e 10 anos. Trata-se de dois livros em um só volume:

Sociedade em Construção – História e Cultura Afro-Brasileira – O negro na formação da Sociedade Brasileira e Sociedade em Construção – História e Cultura Indígena Brasileira – O índio na formação da Sociedade Brasileira, entretanto, o presente trabalho busca analisar especificamente o livro referente à História e Cultura Afro- Brasileira.

O livro didático analisado neste trabalho foi distribuído para os alunos, do 4º e 5º do Ensino Fundamental, no entanto, segundo relatos dos professores da Escola Municipal Unidade Integrada de 1º grau nenhum tipo de preparação efetiva foi realizada com os docentes para que o livro fosse explorado com significância, sendo o material muito pouco utilizado como conteúdo nas aulas.

Na época da distribuição ano de 2013 nem todos os alunos levaram os livros pra casa, sobrando alguns exemplares na escola. Não houve distribuição no ano de 2014 e esse ano 2015 a Secretaria de Educação enviou um documento solicitando a contagem dos exemplares restantes nas escolas para que uma nova remessa seja feita e o trabalho com o livro reiniciado.

A prefeitura de São João de Meriti pretende retomar as atividades de implementação da lei 10.639/03 e também da lei 11.645/08 sugerindo às escolas a escolha de um docente (professor multiplicador) para realização de um curso de capacitação para trabalhar com o tema, no entanto apenas um professor da instituição poderá fazer o curso ficando sob sua responsabilidade levar para os colegas o que for aprendido e debatido no curso.

É possível perceber que a implementação no município esbarra em ações descontínuas que não atingem a todos os profissionais, os projetos mencionados acima são muito importantes, entretanto essas iniciativas e a compra de material didático sozinho não alcançam resultado, faz-se necessário interesse e capacitação de todos os professores trabalhando amparados pela secretaria de educação para que possam desenvolver um trabalho efetivo dentro das escolas favorecendo uma educação étnico-racial que cumpra o que está estabelecido na lei 10.639/03.

CAPÍTULO V

Análise Livro Didático de História: Sociedade em Construção – História e Cultura Afro-Brasileira – O negro na formação da Sociedade Brasileira

- **Autores:** João Alves Tiradentes e Denise Rampazzo da Silva
- **Editora:** Direção Cultural
- **Disciplina:** História
- **Nível:** Ensino Fundamental II
- **ISBN:** 978-85-61699-00-0
- **Edição:** 1º ed. 2008. 1ª Tiragem
- **Formato:** 20,5 cm X 27,5 cm altura
- **Páginas:** 121

Referência: TIRADENTES, João Alves; SILVA, Denise Rampazzo da. Sociedade em Construção – História e Cultura Afro-Brasileira – O negro na formação da Sociedade Brasileira. São Paulo: Direção Cultural, 2008.

Tipo de Documento Analisado:

Este documento originou-se em São Paulo no ano de 2008 sua produtora é a editora Direção Cultural e estaremos analisando a sua 1º edição, o livro também foi todo impresso com papel reciclado.

Organização do Livro Didático Analisado

O livro didático analisado está organizado da seguinte forma: 8 capítulos distribuídos em 121 páginas. Começa com uma introdução aos estudos históricos abordando os primeiros seres humanos e as primeiras civilizações e reinados e continua abordando nos capítulos seguintes: O continente africano; A história da África e dos africanos; O contato entre o europeu e o africano; A chegada dos negros ao Brasil; A escravidão no Brasil; A luta dos negros no Brasil, uma história de resistência.

Biografia dos Autores

João Alves Tiradentes nasceu em 1952 na cidade de Caldas em Minas Gerais é sociólogo, formado pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo; e também jornalista, pela Faculdade Cásper Líbero. O autor é especializado em economia aplicada pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP) e com grande atuação como repórter e editor de economia na grande imprensa brasileira onde atuou como correspondente no exterior. Entre seus trabalhos como escritor estão os livros "Mercado municipal Paulistano 75 Anos de aromas, cores e sabores" Sociedade em Construção – História e Cultura indígena brasileira– O índio na formação da Sociedade Brasileira em parceria com Denise Rampazzo e Precisamos cuidar da natureza - Reduza, reutilize e recicle, em co- autoria com Julia Noble.⁸

Denise Rampazzo da Silva nasceu em 1963 na cidade de São Paulo (SP) é bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) e mestre em educação pela Faculdade de Educação da USP. A autora trabalha como professora de História há mais de 20 anos, onde lecionou para alunos dos cursos Fundamental, Médio e Educação de jovens e Adultos (EJA).

Ela é consultora autônoma na área educacional e também autora do livro Sociedade em Construção – História e Cultura indígena brasileira – O índio na formação da Sociedade Brasileira em parceria com J.A Tiradentes.⁹

Conteúdo:

Introdução: A cultura Africana

O livro começa com uma introdução que nos leva a refletir sobre como o homem surgiu, desde os nossos primeiros ancestrais até a constituição das grandes civilizações da antiguidade como Egito, Mesopotâmia, Persas, Fenícios, Hebreus entre outros, dando ênfase também aos grandes reinos africanos de Axum, Kush, Congo e Gana. Aborda o fato de que o homem teria surgido no continente Africano há aproximadamente 160 mil anos, nos levando a

⁸ TIRADENTES, J.A; SILVA, Denise Rampazzo Da. Sociedade em Construção – História e Cultura Afro-Brasileira – O negro na formação da Sociedade Brasileira. São Paulo: Direção Cultural, 2008.

⁹ idem

pensar como esses antepassados foram importantes para o crescimento e fortalecimento de grandes nações.

Sugere um aprofundamento da história de nosso país buscando analisar as influências recebidas das nações africanas ao longo de nossa formação como sociedade. Ressalta que o brasileiro é fruto da diversidade de culturas e miscigenação de povos. Entretanto ao longo de nosso processo histórico muitas informações foram escondidas ou pouco difundidas sobre os mais de 365 anos de escravidão assim, como diversos conflitos que existiram nesse período, sendo necessário conhecer nossas raízes sociológicas.

Apresentação: O surgimento do Homem

A apresentação do livro fala sobre o surgimento da humanidade abordando as duas teorias que procuram explicar o surgimento do homem na terra. A Criacionista defendida por Judeus, Islâmicos e Cristãos que está baseada na fé com caráter místico-religioso, onde o homem teria sido feito por Deus a sua imagem e semelhança, assim como consta nos livros sagrados de cada uma destas religiões.

A outra teoria é a Evolucionista criada a partir do século XIX pelo inglês Charles Darwim, segundo ela, as espécies passam por um processo de seleção natural e as mais aptas sobrevivem. Umas vão continuar existindo, outras vão desaparecer e outras se modificarem para se adaptarem ao meio. De acordo com Darwim o homem teria surgido nos trópicos, mais especificamente na África.

A apresentação também fala de pesquisas feitas na África a partir da década de 1950, onde foram encontrados muitos fósseis, que ajudaram a credibilizar a teoria de Darwim que afirmava que o primeiro Hominídeo teria surgido naquele continente. A descoberta de Donald Johasson que em 1974 encontrou os ossos de uma mulher com aproximadamente 3,2 milhões de anos e foi chamado de Lucy, também é descrito no início do livro.

A apresentação nos leva a refletir sobre como ocorreu à evolução do Homo Sapiens que é a espécie a qual fazemos parte, levando a conclusão de esse processo ocorreu a partir da espécie que surgiu no continente africano a mais de 160 mil anos, e a partir de lá se espalhou por outros continentes em busca de condições mais favoráveis de vida.

Primeiro capítulo: O continente Africano

O primeiro capítulo procura descrever seu espaço territorial assim como suas características demográficas, religiosas e econômicas. Nesse capítulo também é falado sobre os países do continente enfatizando os que têm como língua oficial o português como Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. O Egito também é citado como importante berço histórico situado na África, mas que não é composto por uma população negra. O capítulo ainda analisa o conceito de raça humana, e a questão discriminatória que antes estava relacionada a diferenças culturais e com a chegada dos europeus na África passou a ser racial.

O capítulo é ilustrado com o mapa político da África e com leituras complementares com curiosidades sobre: (O deserto do Saara); (O conceito de raça humana); (Os negros como maioria absoluta da população em 2010). As atividades no final do capítulo sugerem um trabalho em grupo para que se discuta o motivo dos livros didáticos oferecerem tão poucas informações sobre a história da África. Cada grupo deve relatar sua opinião ao restante da sala. Uma segunda atividade ainda pede que os alunos pesquisem em casa o nome de países africanos e suas respectivas capitais.

Segundo capítulo: A história da África e dos Africanos

O segundo capítulo descreve as civilizações africanas que possivelmente viveram no deserto da Líbia e suas características, assim como as do deserto do Saara. O Egito teria sido o primeiro Estado a se formar no continente cerca de 5 mil anos atrás, entretanto, diversos reinos ou cidades-estados existiram no continente durante a antiguidade. Entre eles o reino de Axum muito conhecido pelos povos do mediterrâneo por volta do século 1. Sua capital Aksum ficava no caminho das rotas comerciais entre África, Arábia e a Índia tornando-se uma cidade muito rica e cosmopolita com populações de judeus, núbios, cristãos e budistas.

Os reis de Axum assim como o da Etiópia acreditavam ser o descendente do rei Salomão e da rainha de Sabá. O reino de Axum foi o primeiro Estado Africano a cunhar uma

moeda própria. O povo berbere também é descrito, eram nômades do deserto do Saara e realizavam o comércio de produtos como cobre, sal, ouro, artesanato, temperos, vidros, plumas, pedras etc. Esse povo era muito importante para a cultura do norte do continente pois, além de produtos traziam muita informação e cultura. O povo banto também é relatado, eram agricultores, caçadores e pescadores. Além disso, conheciam a metalurgia sendo capazes de produzir armas muito eficientes e resistentes.

Os Soninkes, Império de Gana e os Núbios, também são citados como povos importantes com muitos costumes e crenças que foram partilhados e desenvolvidos por muitos povos diferentes. Os Soninkes viviam da criação de animais, da agricultura e da pesca, e habitavam uma região com grande reserva de ouro. Já o império de Gana teria sido o primeiro império negro conhecido com precisão. Os reinos núbios desenvolveram o que se imagina ser a mais antiga civilização negra da África, existido a partir de 3000 a.C durando até o século IV da era cristã.

O capítulo especifica bem os povos relatados, tem imagens de selos reais, de um mapa do continente africano ilustrando os primeiros grandes reinos, imagens das pirâmides de faraós núbios, de nômades caminhando no deserto, mapas das rotas pré-coloniais da África setentrional e ainda a localização do Império de Gana. O capítulo traz também leitura complementares sobre: (Quem eram os Negus?); (O que é um oásis?); (Os países africanos para os gregos); (A origem da religião islâmica); (Os faraós negros). Ao final do capítulo tem um questionário pedindo para que os alunos respondam:

- Como teria sido a sobrevivência dos povos que viveram no deserto da Líbia?
- Como os gregos chamavam os países africanos de população negra? Porque?
- Quem eram os faraós negros, como chegavam ao poder, por quanto tempo dominaram, e qual região?
- Pesquise quem foi o rei Salomão e faça uma exposição para a sala.

Pode-se perceber que as atividades são bem específicas e exigem uma leitura atenta do texto inclusive dos textos complementares.

Terceiro Capítulo: O contato entre o europeu e o africano – A chegada dos negros ao Brasil

O terceiro capítulo nos fala como acontecia à escravidão na África antes da chegada dos europeus. O processo sempre foi violento resultado de conquistas e de guerras nos reinos africanos, os escravos trabalhavam junto com camponeses e artesãos livres realizando as mesmas atividades. Com o passar dos anos podiam ser libertados passando a viver integrado na sociedade inclusive ocupando cargos importantes como administradores de palácios, de fazendas e em negócios públicos.

A partir do século XV os europeus começaram a buscar novas rotas comerciais para adquirirem os produtos vindos do Oriente principalmente especiarias e artigos de luxo. As rotas por terra foram monopolizadas pelos comerciantes árabes e pelo Mar Mediterrâneo pelos comerciantes (genoveses e venezianos) que passaram a estabelecer um bloqueio dessas passagens.

A solução encontrada pelos europeus que não tinham mais riquezas para financiar os altos preços dos produtos comercializados, foi achar um novo caminho para chegar as Índias. Resolveram então contornar a Costa Africana sendo Portugal e Espanha os pioneiros dessa busca. Com as viagens passaram a ocorrer contatos intensos com as populações africanas e o consequente tráfico de escravos. O capítulo relata também a chegada dos europeus na América, inclusive no Brasil. O livro detalha especificamente o processo das grandes navegações e o enriquecimento das monarquias portuguesas e espanhola através do mercantilismo trazendo detalhadamente como aconteciam às práticas comerciais da época.

O texto ainda fala sobre como ocorreu o ciclo da cana-de-açúcar no Brasil, e como os engenhos passaram a ser lucrativos e dependentes de uma imensa quantidade de mão de obra. Os portugueses passaram a trazer da África os escravos que lá trocavam por mercadorias baratas produzidas na própria colônia como a cachaça. Ao final do capítulo ocorre a explicação de como começou a cultura do café no Brasil e como a mão de obra escrava e imigrante foi utilizada.

O capítulo é ilustrado com mapas das principais rotas mercantis do século XIV entre Ocidente e Oriente além da imagem do navegador Vasco da Gama e de engenhos de cana-de-

açúcar. O texto é bem detalhado e traz várias leituras complementares que detalham a escravidão no Brasil e na África, assim como curiosidades sobre o continente africano e sobre o cotidiano do escravo na cidade.

Esses textos são muito bem colocados e procuram enfatizar a participação ativa dos negros durante o tráfico e no seu trabalho como escravos. Os autores especificam que na colônia a rua era domínio do escravo, onde realizavam atividades que proporcionavam o contato com outros negros alforriados. Isso favorecia sentimentos de solidariedade e a consequente formação de associações de ajuda mútua, ativas, sobretudo, nos movimentos abolicionistas. O livro propõe uma nova abordagem historiográfica que valoriza a história africana e expõe sua participação como agente no processo de escravidão. As atividades propostas no final do capítulo pedem:

- A releitura do texto e uma pesquisa em grupo sobre a política mercantilista adotada pelos monarcas europeus no início da idade moderna comparando com a política econômica adotada pelos países do mundo de hoje. A atividade deve ser exposta por um representante do grupo para os colegas da sala.
- Comparem as práticas comerciais: balança comercial favorável e metalismo, escrevendo no caderno sua opinião sobre qual seja a mais vantajosa, devendo ser exposto e discutido com os colegas.

Quarto capítulo: Escravidão no Brasil: Formas e tipos diversos

O quarto capítulo fala com mais detalhes sobre a escravidão no Brasil, mas diferentemente das abordagens historiográficas que evidenciam somente o sofrimento do negro durante a escravidão o capítulo já inicia enfatizando que os escravos no Brasil não foram apenas objetos, e que mesmo sendo vistos como mercadorias, seu status social era controlado por uma série de leis, regras e costumes que faziam parte da sociedade daquela época.

Os escravos conviviam e interagiam na sociedade de forma dinâmica e apesar de sua condição social injusta, eram agentes históricos, que atuavam e poderiam influir com maior

ou menor incidência em sua realidade futura. Durante a escravidão, a população de origem africana era dividida entre escravos alforriados, nascidos livres e mulatos.

A escravidão em nosso país foi muito longa (mais de 300 anos) e diversificada sendo influenciada por três ciclos econômicos o da cana-de-açúcar, do ouro e do café. Os escravos trabalhavam no campo, nas casas e também nos centros urbanos, sendo assim não podemos entender esse processo como uma relação única e homogênea.

O relacionamento entre os escravos e seus donos era muito variado dependendo da época, do local e da atividade econômica realizada. Durante todo o período de escravidão houve resistências às condições de vida e trabalho, podendo ocorrer de forma violenta ou negociada, coletiva ou individual, ser improvisada ou muito bem planejada, ou ainda podiam ocorrer com o respaldo da lei.

A malha social era muito variada e composta por várias categorias, às funções dos escravos eram distintas existindo os escravos da lavoura e também dos engenhos. Mesmo a maior força de trabalho sendo a escrava existia trabalhadores livres assalariados. Mesmo que em menor número existiam trabalhadores que plantavam cana-de-açúcar em terra própria ou arrendada, processando-a em regime de meia onde os donos da cana e do engenho dividiam os lucros.

O capítulo fala ainda como foi à atuação dos escravos durante o ciclo do ouro em Minas Gerais no século XVIII, esse período teve um ambiente e uma dinâmica social totalmente diferente do agroindustrial da cana-de-açúcar, onde as oportunidades de vida eram muito maiores seja através das atividades comerciais ou através do garimpo ilegal. Os negros escravos e livres se misturavam com brancos, nas cidades, nos garimpos e também nas tropas dividindo com eles as mesmas atribuições e ofícios.

A chegada da Família Real ao Brasil também é relatada junto com as mudanças econômicas e sociais ocorridas nesse período, sobretudo, com a abertura dos portos. O crescimento econômico passou a exigir mais trabalhadores, o que favoreceu o aumento do tráfico de escravos e a crescente oferta de compra e venda por toda a cidade do Rio de Janeiro. Junto as novas dinâmicas econômicas surgem uma série de papéis sociais que passam a ser incorporados ao tecido social, fazendo com que a nova capital do império se transformasse em um importante centro urbano.

Os escravos eram divididos mediante sua atuação ou nacionalidade, os landinos eram os africanos já adaptados ao trabalho escravo ou os nascidos no Brasil que falavam português, já os recém-chegados da África eram chamados de boçais.

As imagens servem para ilustrar os diferentes períodos, ou seja, os escravos nos engenhos, nas cidades em lojas de arranjo (cabeleireiro, dentistas etc), nos garimpos na lavagem do ouro e também no desembarque na cidade do Rio de Janeiro. O capítulo traz leituras complementares que falam sobre: (Como os negros eram reconhecidos?); (O que eram os negros de ganho?) ; e (Os quilombos urbanos). As atividades propostas no final solicitam:

- Discussão em grupo sobre as formas de resistência utilizadas pelos negros africanos. Listando as vantagens e desvantagens para o seu senhor.
- Qual a diferença entre escravos landinos e os boçais?
- Dê exemplos de atividades que poderiam ser exercidas pelos negros de ganho.

Quinto capítulo: A luta dos negros no Brasil, uma história de resistências.

O quinto capítulo começa propondo uma nova visão desses acontecimentos tendo em vista que os livros de história sempre falam de revoltas e rebeliões sem, no entanto, mostrar a real participação dos negros e mestiços no processo sendo, assim os autores propõem um novo olhar ao se estudar as lutas de resistência dos negros.

A história do negro sempre foi composta por heroísmo e coragem fato que gradualmente obrigou as elites enxergá-los não como mercadorias, mas como seres humanos, no entanto cada direito foi conquistado com muita luta e sofrimento. Os negros não eram passivos e conformados como sempre estudamos eles exigiam melhores condições de sobrevivência como roupas, alimentação digna, tratamento em caso de doenças e em muitos casos conseguiam resultados.

Os quilombos são citados como importantes polos de resistência que segundo registros começaram a se organizar a partir do século XVII e duraram até os anos finais da escravidão. Esses lugares não abrigavam apenas fugitivos, lá viviam também indígenas, pessoas perseguidas pela justiça, soldados desertores e até vendedores. Nos quilombos eram

praticados a agricultura, a caça, a coleta e em muitos existia a mineração e o comércio, produzindo excedente que era comercializado com as vilas próximas.

O livro enfatiza a importância do quilombo dos Palmares sendo esse o mais importante resistindo mais de 65 anos. Zumbi foi seu principal líder e sua maior expressão. Palmares era organizado economicamente e garantia a sobrevivência de aproximadamente 20 mil pessoas. A área ocupada pelo quilombo cresceu muito e passou a despertar grande insegurança devido a sua prosperidade e fama. Foram necessárias cerca de dezoito expedições organizadas para acabar definitivamente com o quilombo.

Durante a liderança de Zumbi foram adotadas técnicas de guerrilhas, onde atacavam de surpresa os engenhos para libertar escravos, pegar munições, armas e alimentos. O quilombo conseguiu resistir a vários ataques, no entanto, fazendeiros e o governo passaram a fazer maiores investidas contratando o bandeirante Domingos Jorge Velho para acabar com tamanho incômodo. Devido à falta de armamentos e munições a população local não conseguiu resistir e foram derrotados. Em 1695 depois de muita luta Zumbi foi capturado e morto no dia 20 de novembro tendo sua cabeça cortada e exposta em praça pública no Recife.

A abordagem historiográfica desse tema nos permite entender que as lutas de resistência eram feitas de forma organizada e mesmo com todas as tentativas de intimidação a memória de Zumbi permaneceu viva como símbolo de liberdade e resistência até os dias de hoje.

O capítulo também vai falar de outras importantes lutas que tiveram a participação de negros como a Cabanagem (1835 a 1840), a Balaiada (1838 a 1841), a Revolta de Felipe dos Santos (1720), a Conjuração Baiana (1789), a Revolta dos Males (1835) e também a revolta da chibata (1910). O capítulo explica detalhadamente os motivos e desfecho de cada um desses movimentos enfatizando a luta contra a opressão que negros e mestiços travaram em nossa história.

O capítulo é bem ilustrado, temos a imagem de Zumbi (óleo sobre tela de Antônio Parreiras), a imagem do capitão do mato (ilustração de Johann Moritz Rugendas), o mapa do local onde aconteceu a Balaiada, a imagem do julgamento de Felipe dos Santos (óleo de Antônio Parreiras), a imagem da praça da piedade Salvador (BA), local da execução dos conjurados (ilustração de Johann Moritz Rugendas), a imagem de Negros muçulmanos

vendedores de cestos e palmitos (ilustração de Jean-Batpiste Debret), a imagem de um recorte do jornal do Brasil sobre a revolta da chibata (datado de 26. nov.1909) e também a fotografia de João Candido, o almirante negro e seus companheiros a bordo do Encouraçado São Paulo, em 1910.

O capítulo também conta com leituras complementares que falam sobre: (Os acordos propostos por escravos e seus senhores); (O conceito de colônia); (A existência de seguros contra a perda de escravos no transporte); (O monumento em homenagem aos cabanos em Belém capital do Pará); (Eduardo Angelim); (Divindades católicas e divindades do candomblé); (O Barão de Caxias); (O Olodum e o bando de teatro). A atividade final do capítulo sugere a criação de grupos para encenação ou outra forma de expressão artística da música: O mestre sala dos mares de João Bosco e Odair Blanc.

Sexto capítulo: Abolicionismo, a luta pela liberdade.

O sexto capítulo sugere uma reflexão sobre o abolicionismo, os autores começam enfatizando as grandes transformações econômicas, políticas, tecnológicas e sociais que aconteceram no Brasil e no mundo a partir do século XIX. Nesse contexto de transformações a monarquia de dom Pedro II começou a sofrer constantes pressões, sobretudo da Inglaterra, que buscava novos mercados consumidores para sua crescente produção oriundos da revolução industrial. Os escravos livres passariam a ter que receber salários por seu trabalho e consequentemente seriam consumidores.

Os ingleses promulgaram o ato Bill Aberdeem, que dava aos navios britânicos o direito de interceptar e apreender navios negreiros em alto-mar. Esse fato elevou muito o preço dos escravos devido aos ricos que os traficantes passaram a correr e acabou reduzindo o tráfico internacional promovendo no Brasil a intensificação do tráfico interprovincial.

O movimento abolicionista cresceu muito e inúmeros intelectuais como escritores, diplomatas, advogados e até comerciantes passaram a integrar a chamada campanha abolicionista. Entre seus integrantes mais ativos estavam José do Patrocínio, André Rebolças, Joaquim Nabuco, Luís Gama, Machado de Assis, Antônio Callado, Chiquinha Gonzaga e Castro Alves.

As discussões sobre escravidão ganharam mais evidência com o fim da guerra do Paraguai onde os negros integravam o exército e foi preciso garantir sua liberdade com o fim do conflito. No entanto, a monarquia não quis ceder a pressões da Inglaterra e dos grupos abolicionistas para libertar os escravos, pois temiam problemas com os fazendeiros e donos de minas de ouro e cobre, pois esses exigiriam indenizações.

A campanha contra a escravidão ganhou força tornando-se um movimento de massa onde a opinião pública e a união dos escravos passaram a influenciar na aprovação de várias leis que aos poucos dariam fim a escravidão, entre elas: a lei do Ventre livre (1871), dos sexagenários (1885) e a lei Áurea (1888).

A lei do ventre livre foi promulgada em 28 de setembro de 1871 e dava liberdade aos filhos de escravos nascidos a partir daquela data, no entanto as crianças ficariam sob a tutela dos senhores tendo que trabalhar até os 21 anos de idade período mais produtivo da vida de um escravo. A lei dos sexagenários promulgada em 28 de setembro de 1885 dava liberdade aos escravos com mais de 60 anos, idade em que eles muitas vezes não tinham mais forças para trabalhar. Essas leis não favoreciam em nada os escravos e foram também uma forma de acalmar as pressões inglesas.

A lei Áurea só foi sancionada em 13 de maio de 1888 pela princesa Isabel, ela determinava o fim da escravidão no Brasil libertando cerca de 700 mil escravos. No entanto, os afro-brasileiros teriam que lutar muito para se integrar na sociedade, pois o Brasil imperial e logo em seguida o Brasil republicano negou-lhes a posse de terra, empregos dignos, educação e saúde de qualidade.

O texto não é extenso, no entanto explica de forma clara a luta pelo abolicionismo e os principais integrantes do processo. O capítulo é ilustrado com imagens da Missa campal em ação de graças em 1888 para comemorar a lei Áurea, com a fotografia da princesa Isabel, com a cópia da lei Áurea assinada pela regente, com a publicação da lei no diário oficial, além de leituras complementares que falam da tradição africana na Bahia escravista e explica o que eram os Gueledes. As atividades finais exigem leitura, reflexão e diálogo através das seguintes propostas:

- Faça um comentário sobre as leis abolicionistas, do Ventre Livre, e dos sexagenários, procurando identificar a quem elas beneficiavam de fato.

- Pesquise sobre a princesa Isabel e faça um cartaz para ser apresentado pela classe.

Sétimo Capítulo: A cultura negra e a sua influência no Brasil.

O sétimo capítulo fala sobre a cultura negra e a sua influência em nosso país, os autores enfatizam as diversas influências que o Brasil recebeu de várias culturas negras ao mesmo tempo. Vieram para cá negros que eram reis e nobres na África e aqui tiveram que trabalhar como escravos junto com outros indivíduos igualmente escravizados.

Os africanos trouxeram suas crenças, memórias, histórias e costumes e com o tempo passaram a buscar reconstruir aqui no Brasil a seu modo e de acordo com as possibilidades suas estruturas religiosas, políticas e artísticas introduzindo na cultura do homem branco elementos africanos que permanecem vivos até os dias de hoje.

As influências africanas estão também na nossa alimentação a exemplo da feijoada que é considerada a maior referência do negro na alimentação nacional. Temos também temperos como a pimenta, o azeite de dendê, assim como o pirão o angu, e ainda a farofa, o quibebe, o vatapá, o caruru, e o acarajé, alimentos que estão totalmente integrados na alimentação do brasileiro. O uso do amendoim, do camarão seco, do leite de coco, da abóbora, do gengibre, da berinjela, do quiabo e do feijão também foram introduzidos na nossa culinária pelas negras escravas que já usavam esses produtos na África.

Os autores citam o autor Gilberto Freyre e seu livro Casa-grande e senzala, onde relata em diversas passagens que o africano dominou a cozinha colonial, onde a enriqueceu com diversos sabores, modificando também várias comidas portuguesas e indígenas, através da diferença na hora do preparo.

As manifestações artísticas também são citadas como sendo um fiel reflexo das histórias, crenças e mitos dos africanos. A arte dos negros era muito rica e influenciou muito a produção artística brasileira através de máscaras entalhadas em madeira, esculturas e ornamentos feitos com variados tipos de metal. A primeira forma de arte afro-brasileira foi religiosa, sendo as primeiras esculturas confeccionadas junto com os terreiros de candomblé sendo utilizadas para homenagear determinados orixás.

O capítulo ainda fala da influência da arte africana em movimentos culturais como o Pop Art (reação artística ao movimento do expressionismo abstrato em 1950), no Concretismo (movimento vanguardista das artes plásticas, da música e da poesia) e o Tropicalismo (movimento musical que influenciou as artes plásticas, cinema e poesia) que surge também na década de 1950 se envolvendo com temas sociais e de inovação da linguagem artística nacional.

O samba é relatado pelos autores como a principal expressão musical brasileira com influência africana. Na metade do século XIX a palavra samba caracterizava os diferentes tipos de música introduzidas pelos escravos africanos no país. Com o passar dos anos essa expressão musical foi ganhando cada vez mais força e se popularizando com a ajuda de importantes nomes como Donga, Mauro de Almeida, Noel Rosa entre outros.

O samba enquanto gênero musical surgiu no início do século XX na cidade do Rio de Janeiro. O samba carioca surge a partir da influência de muitos ritmos vindos da Bahia, com a transferência de uma grande quantidade de escravos para as plantações do Rio, onde ganhou novos instrumentos e contornos musicais.

Os autores também citam com detalhes a importância da dança, do jongo e da capoeira sendo essas importantes manifestações culturais que influenciaram diretamente na formação do samba e a cultura brasileira como um todo. A religião também é citada como importante fator de influência cultural, as principais religiões Afro-brasileiras são o candomblé e a Umbanda com grande número de adeptos nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul. Estas religiões não possuem textos e nem imagens, mas fazem seus próprios ritos a partir dos conhecimentos passados de geração a geração.

O capítulo é extenso e ilustrado com imagens de comidas típicas, temperos, esculturas africanas, obras de aleijadinho, desfile de escola de samba, do disco da Tropicália além da foto dos mestres de Jango Bimba e Damião. Também tem imagens da marcha do dia da consciência negra, de jovens dançando capoeira na Bahia, e uma ilustração da dança de Moritz Rugendas.

As atividades são complexas e exigem uma leitura atenta do texto além de pesquisa específica:

- Leia o texto e sobre o Pop Art e selecione imagens, ilustrações e objetos que relatem a nossa sociedade de consumo e da cultura popular.
- Depois do entendimento de arte concreta, crie uma poesia concreta escolhendo um tema abordado no capítulo.

Oitavo capítulo: O negro na formação da sociedade nacional.

No oitavo capítulo os autores citam as inúmeras contribuições dos negros para a construção da sociedade brasileira, sendo eles agentes em vários ciclos de riquezas como o da cana-de-açúcar, do café e do ouro. Os negros também combateram em várias revoluções da minoridade como: a Cabanada, os Farrapos, a Sabinada, a Revolta Praieira, além da grande influência de Luiz Gama, José do Patrocínio e Rebouças na luta contra a escravidão. A luta de João Candido em 1910 também deve ser lembrada como sinônimo de coragem e busca por melhores condições de trabalho na Marinha do Brasil.

Os negros participaram ativamente na criação da arte e da identidade de nossa sociedade e o capítulo é dedicado a descrever as obras de alguns dos principais personagens afrodescendentes brasileiros. São eles artistas, intelectuais, e políticos que marcaram seu nome em nossa história.

O capítulo descreve com detalhes a história e importância de grandes personagens como:

- Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho (1730-1814)- Filho de português com uma escrava Africana é considerado o maior escultor brasileiro do período do Barroco.
- André Rebouças (1838-1893)- Filho de uma escrava alforriada com um português foi engenheiro e um dos mais empenhados na campanha abolicionista.
- Artur Timóteo da Costa (1882-1923)- De origem humilde foi um grande pintor de paisagens, nus e retratos.
- Carolina Maria de Jesus (1914-1977)- Filha de negros se tornou escritora, sofreu muito, mas conseguiu escrever um livro-diário e outras obras que retratava sua consciência política e social. Seu trabalho foi traduzido para trazer idiomas com grande venda.

- Clóvis Moura (1925-2003) - Historiador, sociólogo e jornalista foi um dos primeiros a estudar as lutas do negro no Brasil, sendo um dos mais importantes intelectuais negro de nosso país.
- Gilberto Gil (1942)- Renomado artista brasileiro cantor e compositor, foi ministro da cultura no governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010). Possui grande influência na cultura nacional onde é reconhecido por sua musicalidade eclética.
- Grande Otelo (1915-1993)- Sebastião Bernardes de Souza foi um importante comediante, pioneiro no teatro de revistas se tornou mito do cinema nacional.
- João Cândido Felisberto (1880-1969)- Ficou conhecido como o Almirante Negro líder da Revolta da Chibata, que ocorreu em 1910 e lutava contra os castigos físicos recebidos pelos marinheiros na marinha do Brasil.
- Juliano Moreira (1873-1933)- Filho de um funcionário municipal e de uma doméstica formou-se em medicina com apenas 23 anos se tornando médico naturalista historiador da medicina e professor da faculdade de medicina da Bahia.
- Lima Barreto (1881-1922)- Filho de uma escrava com um português foi um importante escritor representante do pré-modernismo brasileiro. Teve uma vida marcada por perseguições e preconceitos.
- Luisa Mahim- (nascida no início do século XIX) – Ex-escrava africana radicada no Brasil se tornou líder da Revolta dos Malês, participando de todos os movimentos escravos que aconteceram na Bahia nas primeiras décadas do século XIX. Mãe do abolicionista Luís Gama.
- Luís Gama (1830-1882)-Foi um advogado respeitado e poeta, um dos maiores representantes da campanha abolicionista.
- Machado de Assis (1839-1908)- Neto de escravos alforriados nasceu no morro do livramento filho de um pintor e de uma lavadeira. Publicou seu primeiro poema aos 16 anos. Firmou-se como grande poeta brasileiro publicando inúmeras obras de grande importância para literatura nacional.
- Milton Nascimento (1940)- Importante cantor e compositor brasileiro que se destaca desde jovem por suas composições engajadas com um conjunto de sons e muita riqueza poética.

- Milton Santos (1926-2001)- Importante geógrafo que desenvolveu diversos trabalhos principalmente nos estudos de Urbanização dos países em desenvolvimento.
- Pacífico Licutã- Escravo de etnia nagô foi um mestre muçulmano com importante atuação na Revolta dos Malês.
- Pixinguinha (1897-1973)- Alfredo da Rocha Viana Filho foi saxofonista, flautista, cantor, compositor, arranjador e regente. É considerado um dos maiores compositores da música popular brasileira.
- Francisco Solano Trindade (1908-1974)- Foi poeta, pintor, teatrólogo, folclorista e ator, teve importante carreira como militante na luta por conquistas de direitos sociais e políticos.
- Theodoro Sampaio (1855-1937)- Engenheiro filho de um padre católico com uma escrava foi o único deputado federal da história de nosso país a ter nascido escravo. Teve importante contribuição para o desenvolvimento urbano de São Paulo e do Rio de Janeiro.
- Valentim da Fonseca (1745-1813)- Filho de um fidalgo português e de uma ex-escrava, foi um dos principais artistas do período colonial, atuando como escultor, entalhador e urbanista na cidade do Rio de Janeiro.
- Zumbi dos Palmares (1655-1695)- Batizado como Francisco Zumbi tornou-se símbolo de resistência e luta do sonho negro pela liberdade. Neto de princesa nasceu livre, mas foi aprisionado aos 6 anos e entregue a um missionário português com quem aprendeu o português e o latim. Em 1670 com 15 anos fugiu para o local onde 1600 negros, organizados, fundaram a República dos Palmares. Viveu apenas 40, mas ficou conhecido por sua astúcia, destreza e estratégia militar que o transformou no principal símbolo de resistência do quilombo dos Palmares.

Análise do Conteúdo

A primeira edição do livro *Sociedade em Construção – História e Cultura Afro-Brasileira – O negro na formação da Sociedade Brasileira* buscou seguir as orientações estabelecida pela lei 10639/03 no que se refere ao conteúdo pragmático. O livro destaca as características da história e da cultura afro que contribuíram para a formação do povo brasileiro.

Ao analisar os assuntos trabalhados na introdução e nos respectivos capítulos do livro pode-se perceber que os temas apresentados não possuem uma cronologia específica dos fatos e em relação a temporalidade o documento não se baseia em marcos temporais tradicionais como idade média, moderna, e contemporânea. Os autores questionam a escolha dos fatos históricos constantemente apresentados nos livros didáticos e afirmam que a história sempre foi contada de acordo com interesses e pontos de vistas distintos, ou seja, de acordo com “o olhar” do historiador e que durante anos não houve o interesse de abordar a história do continente africano de forma efetiva e abrangente, onde a África sempre foi vista como lugar de pobreza e sofrimento.

Nesse contexto a missão principal do livro é o resgate da importância histórica do povo africano para formação social do Brasil. Nossa nação sendo jovem e ainda em construção precisa crescer conhecendo seu legado histórico e cultural que teve constante participação dos africanos que trouxe sua força, religião, cultura, hábitos, danças e vocabulários que passaram a ser a essência de nossa sociedade.

O documento procura mostrar a atuação do homem no espaço e os conteúdos referentes à atuação dos negros na sociedade estão embasados por uma nova visão historiográfica onde são enxergados como agentes no processo histórico de nosso país. O conteúdo apresentado no livro é muito extenso e exige uma leitura atenta inclusive dos textos complementares. A organização temática do livro explica como aconteceu a escravidão em diferentes épocas, nas mais variadas atividades, tanto no campo como nas cidades, mas sempre enfatizando o papel social do escravo como agente histórico.

Devido sua densidade e linguagem complexa o livro torna-se inadequado para o público de 4º e 5ºano do Ensino Fundamental, sendo mais acessível para últimas séries da

Educação Básica onde supostamente os alunos possuem mais maturidade e experiência na leitura interpretativa.

O conteúdo apresentado exige do educador que for utilizá-lo um conhecimento prévio dos assuntos de forma que venha instigar os alunos através de questionamentos e reflexões sobre os textos analisados. Um fato importante a ser destacado é que o livro apresenta uma abordagem espaço-temporal que não coloca continente europeu como centro do processo histórico, mas sim o continente Africano.

As fontes usadas no livro têm como tema principal a atuação histórica dos africanos na formação social do Brasil. Podemos observar variadas fontes primárias como publicação de jornais, pinturas e utensílios. O texto também é composto por fontes secundárias produzidas por pesquisadores, e também por artistas (músicos e poetas).

O documento analisado não conta com muitas referências historiográficas tradicionais usando apenas Gilberto Freyre em uma citação do livro "Casa Grande e Senzala", entretanto, tem uma série de textos complementares que instigam a curiosidades e buscam incentivar a leitura, os textos didáticos são longos e possuem temas bem atraentes.

Atividades e Exercícios

As atividades propostas no final de cada capítulo exigem uma leitura atenta de todo o texto inclusive das leituras complementares, elas permitem aos alunos uma análise crítica e reflexiva onde podem ampliar seus conhecimentos através de pesquisas e construção de conceitos.

É possível também uma conexão entre presente e passado através da identificação das heranças culturais e sociais deixadas pelos negros. O livro também propõe atividades lúdicas como encenação de peças, confecção de pinturas ou esculturas além de trabalhos em grupo com apresentação para os colegas. As atividades buscam desenvolver as habilidades de procurar, refletir, interpretar e contextualizar informações proporcionando a elaboração de argumentos e a defesa de pontos de vista.

Análise das Imagens do livro didático

O livro é ilustrado com 44 imagens entre quadros e mapas, além de 22 fotos de importantes personalidades negras como Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho (1730-1814), André Reboulças (1838-1893), Artur Timóteo da Costa (1882-1923), Carolina Maria de Jesus (1914-1977), Clóvis Moura (1925-2003) entre outras. Todas as imagens são bem legendadas sendo importante para ajudar no entendimento da leitura.

A qualidade do trabalho de impressão também é notável com figuras amplas sendo a maioria coloridas. Todos os créditos encontram-se ao lado das imagens sendo bem problematizadas usadas como fonte de leitura e informação, pois, através delas percebe-se o que o capítulo está trabalhando. As imagens que ilustram os capítulos são bem colocadas, os autores trazem ilustrações que são comuns nos livros didáticos, no entanto podemos perceber também imagens não convencionais que mostram a participação dos negros em varias atividades que evidenciam sua participação no processo histórico e cultural de nosso país.

Segue agora algumas figuras do livro:

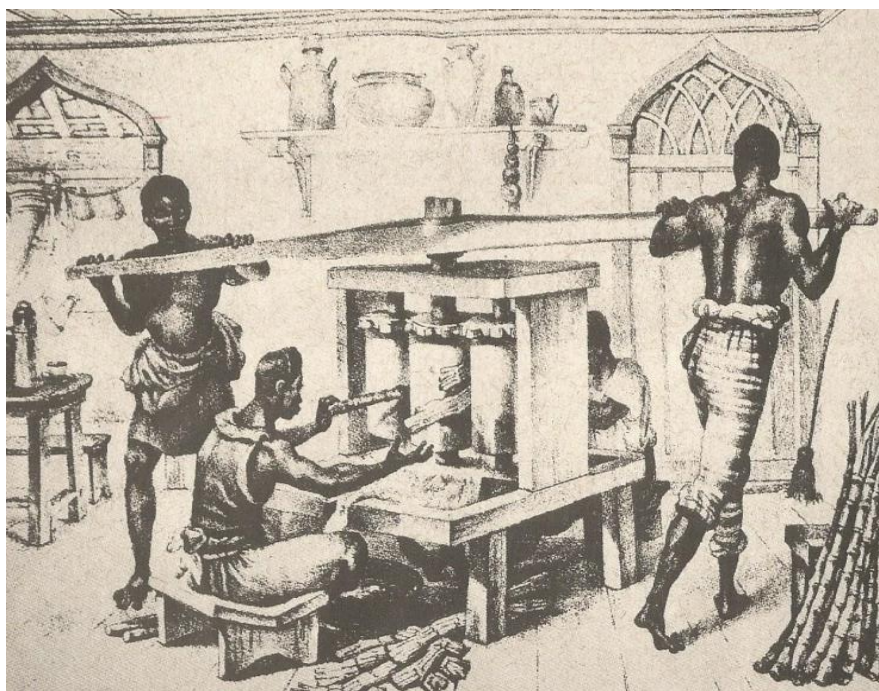


Figura 1- Pequena Moenda portátil (Jean Baptiste Debret)

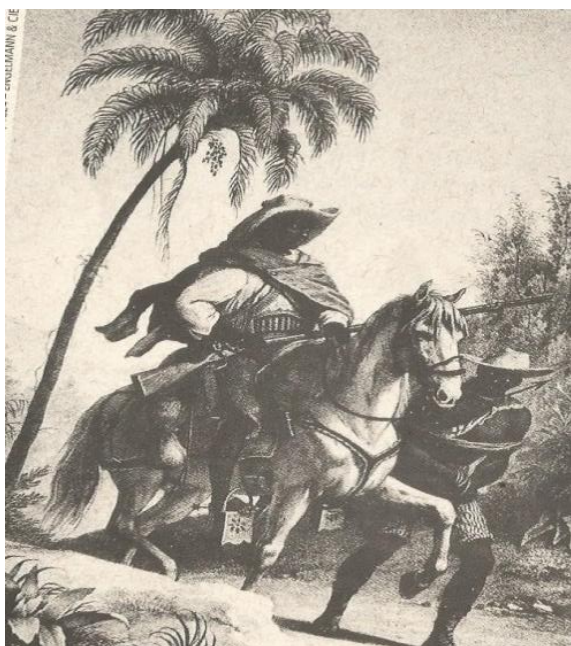


Figura 2 - Capitão do mato (Ilustração de Johann Moritz Rugendas).



Figura 3 - Princesa Isabel



Figura 4 - Original da Lei Áurea, assinada pela regente Princesa Isabel em 1888.

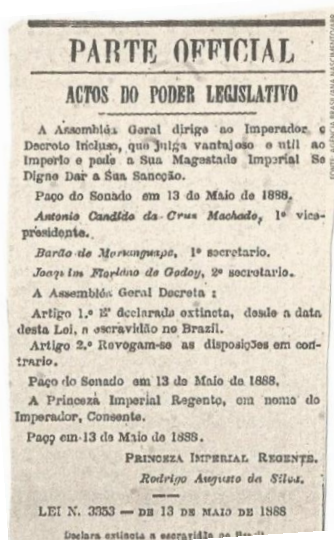


Figura 5 - Publicação oficial da Lei Áurea, no Diário Oficial.



Figura 6 - Marcha do dia da Consciência Negra na AV. Paulista, em São Paulo 2006.



Figura 7- Evento Revelando São Paulo 2008, realizado no Parque da Água Branca. O Jongo Misturas das Raças, de São José dos Campos, SP 2008.

CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo mostrar os caminhos percorridos para a conquista da lei 10.639/03 e como tem ocorrido sua implementação, sobretudo, no município de São João de Meriti. Para isso analisamos o livro didático - Sociedade em Construção – História e Cultura Afro-Brasileira que foi distribuído pela Secretaria de Educação com a intenção de trabalhar efetivamente a lei nas escolas da rede.

Mas para chegar ao processo de implementação a luta pela conquista da lei foi bem grande por isso busquei mostrar a atuação do MNU na busca pela defesa dos direitos dos negros e também na criação de leis que favorecessem os grupos historicamente desprestigiados. A Constituição de 1988 teve grande participação do MNU e trouxe novas bases que demonstravam maior preocupação com os direitos humanos, com o respeito e com a tolerância, abrindo espaço para criação de leis, que consideravam crime inafiançável comportamentos racistas.

O governo brasileiro passou a dar mais importância à questão racial, reconhecendo a legitimidade das reparações perante a escravidão, buscando medidas que ajudassem aos negros a conquistarem seus direitos como cidadãos. A nova Constituição estabelecia que o ensino de história deveria evidenciar a atuação das variadas culturas e raças que participaram da construção de nossa nação.

A elaboração da LDB, e depois dos PCNS que foram promulgados logo após a Constituição de 1988 trouxe uma nova abordagem onde a temática cultura, etnia e sociedade ganharam destaque, a escola passou a ser entendida como espaço onde as diferenças se cruzam, sendo também lugar de diálogo, trocas de ideias e evolução do indivíduo enquanto cidadão. A lei federal 10.639/03 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- lei 9.394/96, e tornou obrigatório o ensino da cultura africana e afro-brasileira no ensino da educação básica no país.

As mudanças na legislação desencadearam uma série de conquistas importantes como várias publicações que resgatavam e valorizavam a história africana e suas influências. O ensino de história a partir de então deveria registrar uma nova abordagem frente à escravidão

mostrando a participação do negro na nossa história devendo ser abordado de forma positiva, diferente do passado onde só eram retratados como sofridos e submissos.

A partir dessas novas abordagens passou a ser possível observar que o negro mesmo na escravidão teve importante atuação social, evidenciando suas relações no campo e nas cidades. Muitos conseguiram papéis importantes na sociedade, negociavam formas de trabalho, exigiam e tinham consciência de seus direitos e muitas vezes recorriam a ações judiciais.

O município de São João de Meriti tem manifestado interesse com a questão étnico-racial realizando propostas, projetos e resoluções que visam o ensino de história e cultura afro-brasileira dentro das unidades escolares. A distribuição de livros didáticos com essa temática também foi um passo muito importante, pois, permite aos educandos o contato com um material diferenciado que enfatiza de forma crítica a agência do negro na história social do Brasil. Ao analisar o livro percebe-se que seu conteúdo pode oferecer um aprendizado rico e dinâmico sobre as questões raciais existentes em nosso país, proporcionando aos alunos do município uma visão positiva dos africanos e afrodescendentes.

Entretanto, mesmo com todos os trabalhos e orientações para a efetiva implementação da lei 10.639/03 organizadas no município poucas são as escolas que incluem efetivamente em sua grade curricular as discussões acerca das questões étnico-raciais.

Não bastam apenas projetos, cursos, resoluções e compra de materiais, faz-se necessário um real trabalho de capacitação dos profissionais de educação onde sejam conscientizados sobre a importância do assunto e adquiram recursos para trabalhar os temas que abordem a história e cultura afro de forma significativa.

A análise do livro - Sociedade em Construção – História e Cultura Afro-Brasileira possibilitou o entendimento de que a imagem do negro e da escravidão devem ser ressignificadas dentro do cenário educacional, onde possa ser valorizado o lugar dos afrodescendentes na sociedade, mostrando sua ação e importância, pois durante muitos anos os negros foram invisíveis, tendo negada sua própria identidade, em uma sociedade amplamente influenciada pela ideologia do branqueamento.

O documento é rico em detalhes que evidenciam a agência do negro em nossa sociedade, e mesmo possuindo uma linguagem densa para o público destinado, crianças de 4º

e 5º ano do Ensino fundamental com idades médias de 9 e 10 anos, com capacitação adequada o profissional de ensino consegue realizar um trabalho de qualidade a partir dos conteúdos expostos.

As mudanças no ensino da temática africana e afro-brasileira como conteúdo obrigatório de ensino vêm propondo uma série de exigências que alteram profundamente a forma de se ensinar, sendo necessária a construção de novas posturas e mentalidades há muito tempo embutidas na nossa sociedade e na historiografia.

Os educadores devem promover a conscientização de que existem muitas desigualdades e favorecer o questionamento sobre que tipo de sociedade queremos e podemos ter, a educação através do diálogo pode intervir contribuindo para um futuro onde todas as pessoas independentes de sua cor possam ser valorizadas e respeitadas em suas diferenças. A escola é um espaço amplo onde os indivíduos devem ter a oportunidade de se constituir enquanto cidadão consciente de seus direitos e deveres, construindo relações sociais ricas que venham contribuir para a melhoria do país.

BIBLIOGRAFIA:

ALBERTI, Verena e PEREIRA, Amílcar. **Histórias do movimento negro no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Ed. 2008.

ALBUQUERQUE, W. “Não há mais escravos, os tempos são outros”: **Abolição e hierarquias raciais no Brasil** IN: **Terra, Família, solidariedade: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – Juiz de Fora (1870-1920)**. FUNALFA-EDUSC, 2007.

BARBOSA, Milton. **Movimento Negro Unificado. Um pouco da história não oficial**. 2005 Disponível em <www.afodesecondentes\afromudos.htm> acesso em 04/04/2015

BARROUIN, André Werneck. **O Pré-Vestibular Comunitário como espaço de subjetivação e implicação política**. Departamento de psicologia. 2009. Disponível em< www.puc-rio.br> acesso em 07/06/2015

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira**, 1989, p. 103.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (lei 9394/96)**. Disponível em< www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>acesso em 08/06/2015

BRASIL, Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP- Censo Educacional 2012 e nos sites: <http://meriti.rj.gov.br/sjm/invista/>; e <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>;

COSTA, E. V. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1989. 509 p

FRAGA FILHO, Walter. “**Outros itinerários de libertos no pós-abolição**” In: **Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. 1. Ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006.

FERNADES, Florestan. **A integração do negro à sociedade de classes**. São Paulo: Dominus, 1965,2v.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**, 50ª edição. Global Editora. 2005

GOMES, Tiago de Melo. **Afro-brasileiros e a construção da ideia de democracia racial nos anos 20**. Revista linhas. PPGE-SC, vol.8, nº 1, 2007.

ILIFFE, John. **Os africanos história dum continente**. Lisboa. Ferramar, 1999.

JUNIOR, José Pereira Souza. **Historiografia em debate: A escravidão colonial na obra de Jacob Gorender, Kátia Mattoso, João José Reis e Luiz Felipe Alencastro**. Revista Net história. Disponível em< www.nethistória.com.br > acesso em 07/06/2015

LOVEJOY, Paul. Nas fronteiras do Islã. IN: **A escravidão na África: uma história de suas transformações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 74.

MANNING, Patrick. **Escravidão e mudança social na África**. **Novos Estudos**. CEBRAP Nº 21, julho de 1988 pp. 8 – 29

MARTINS, Ana Luiza Rios. **Os indígenas na obra Casa grande e Senzala de Gilberto Freyre** . RJ, Núcleos de estudos da América, UERJ, 2011

MOSNMA, Karl “**Vantagens de Imigrantes e Desvantagens de Negros: Emprego, Propriedade, Estrutura Familiar e alfabetização depois da abolição no Oeste Paulista**” In: DADOS- revista de ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 53, nº 3, 2010.

NASCIMENTO, Álvaro “**um reduto negro: cor e cidadania na armada**” in: GOMES, Flávio Santos (ORGS.) e CUNHA, Olívia M.G. **Quase cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

NETO, Manuel Pereira Macedo. **Parâmetros Curriculares Nacionais de história: Desafios e possibilidades da história ensinada na Educação Básica.** Revista História e Reflexão, Dourados. v.3, n. 6, 2009

PERUSSATO, Melina Kleinert. **Variações de um mesmo tema: As relações escravistas na historiografia Brasileira.** Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC, 2007. . Disponível em: < www.unisc.br/.../relações_escravistas >acesso em 06 / 04/2015

RIBEIRO, Renilson Rosa. **Letras Negras, páginas brancas: as imagens do negro entre a historiografia e o ensino de história (Brasil, segunda metade do século XX).** ETD- Educação temática digital, Campinas SP, v.15, n.2, p.281-299,2013.

RIOS, A & MATTOS, H. “Cap.2- **Filhos e netos da ultima geração de escravos e as diferentes trajetórias do campesinato negro**”. IN: **Memórias do cativo: Família, Trabalho E Cidadania no Pós-Abolição.** RJ: Ed. Civilização Brasileira, 2005.

RIOS, A. & MATTOS, H. “Cap. 3 – **Conflito e acordo: a lógica dos contratos no meio rural.**” IN: **Memórias do Cativo: Família, Trabalho e Cidadania no Pós- Abolição.** RJ: ED. Civilização Brasileira, 2005.

RIOS, Ana Maria Lugão. “**Campesinato negro no período pós-abolição: repensando coronelismo, enxada e voto**”. Cadernos IHU ideais, Unisinos, São Leopoldo, n. 76, 2007.

SANTOS, Lorene dos. "**Ensino de história e cultura africana e afro-brasileira. Dilemas e desafios da recepção à lei 10.639**". In Amilcar Pereira e Ana Maria Monteiro. **Ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena.**

SANTOS, Sales Augusto dos. **A Lei nº. 10.639/03 como fruto da luta antirracista do Movimento Negro. In: Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03.** MEC. Brasília, 2005.

SILVA, Carla Adriana Batista Da; TRAPP, Rafael Petry. **Movimento Negro e políticas educacionais no Brasil Contemporâneo (1978-2010).** Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC, 2010. . Disponível em: < www.unisc.br/.../movimento_negro_>acesso em 04 / 04/2015

SILVA, José Antônio Novaes e ROCHA Solange. **A luz da lei 10639/03, avanços e desafios: Movimentos sociais negros, Legislação Educacional e experiências Pedagógicas.** Revista da ABPN • v. 5, n. 11 • jul.– out. 2013 • p. 55-82.

SILVA, Marco e PORTO Amélia. **Nas trilhas do ensino de história, teoria e pratica. Anos iniciais do Ensino Fundamental.** Belo Horizonte: Rona, 2013. 128 p

SILVA, Kátia Vicente Da. **A implementação da lei 10.639/03 no município de São João de Meriti: Limites e possibilidades.** Rio de Janeiro, 2010. Dissertação (Mestrado em Educação)- Centro de Ciências Sociais -Programa de Pós graduação em educação – UNIRIO- Universidade Federal do Rio de Janeiro.2010

SOUZA, Marina de Melo e. **África e Brasil africano.** In: CAMARGO, Rosiane de; MOCELLIN, Renato. **História em debate.** Volume 2. Ensino Médio São Paulo: Editora do Brasil, 2010, p. 174.

TELLES, Edward **O Significado da Raça na Sociedade Brasileira.** Disponível em< <http://www.princeton.edu/sociology/faculty/telles/>. 2012> . 2004

TIRADENTES, J.A; SILVA, Denise Rampazzo Da. **Sociedade em Construção – História e Cultura Afro-Brasileira – O negro na formação da Sociedade Brasileira**. São Paulo: Direção Cultural, 2008.

ZAGO, Nadir. **Cursos pré-vestibulares: limites e perspectivas**. Perspectiva, Florianópolis, v.26, n 1, p.149-174, 2008.